

Aurum
EDITORA



GUIA PRÁTICO PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM BAIXA VISÃO

*Estratégias Pedagógicas,
Acessibilidade e Práticas Inclusivas*

GIZELY GORONCI NOGUEIRA

Aurum
EDITORA



GUIA PRÁTICO PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM BAIXA VISÃO

*Estratégias Pedagógicas,
Acessibilidade e Práticas Inclusivas*

GIZELY GORONCI NOGUEIRA

AURUM EDITORA LTDA – 2026
Curitiba – Paraná - Brasil

EDITOR CHEFE

Lucas Gabriel Vieira Ewers

AUTORIA DO LIVRO

Gizely Goronci Nogueira

EDIÇÃO DE TEXTO

Stefanie Vitoria Garcia de Bastos

EDIÇÃO DE ARTE

Aurum Editora Ltda

IMAGENS DA CAPA

Magnific Team, Canva.

BIBLIOTECÁRIA

Bruna Heller

ÁREA DE CONHECIMENTO

Ciências da Educação

Copyright © Aurum Editora Ltda

Texto Copyright © 2026 Os Autores

Edição Copyright © 2026 Aurum Editora
Ltda



Este trabalho está licenciado sob uma
licença Creative Commons Attribution-
NonCommercial-NoDerivatives
4.0 International License.

A responsabilidade pelo conteúdo, precisão e veracidade dos dados apresentados neste texto é inteiramente do autor, não refletindo necessariamente a posição oficial da Editora. O trabalho pode ser baixado e compartilhado, desde que o crédito seja dado ao autor, mas não é permitida a modificação do conteúdo de qualquer forma ou seu uso para fins comerciais.

A Aurum Editora se compromete a manter a integridade editorial em todas as fases do processo de publicação, prevenindo plágio, dados ou resultados fraudulentos, e assegurando que interesses financeiros não afetem os padrões éticos da publicação. Qualquer suspeita de má conduta científica será verificada com atenção aos princípios éticos e acadêmicos. Todos os manuscritos passaram por uma avaliação duplo-cega, realizada pelos membros do Conselho Editorial, e foram aprovados para publicação com base em critérios de imparcialidade e objetividade acadêmica.

CORPO EDITORIAL

Adicélia Rodrigues Souza - Graduada em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais

Adriano Rosa da Silva - Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense

Alessandro Sathler Leal da Silva - Doutor em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Alex Lourenço dos Santos - Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Catalão

Amanda Pereira Moreira - Mestra em Letras pela Universidade Federal de Lavras

Antonio Ismael Lopes de Sousa - Doutorando em Linguística e Literatura pela Universidade Federal do Norte do Tocantins

Ayla de Jesus Moura - Mestra em Educação Física pela Universidade Federal do Vale do São Francisco

Bárbara Silvestre da Silva Pereira - Doutoranda em Enfermagem e Biociências pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Bianca Martins Knap - Mestranda em Direito Econômico e Desenvolvimento pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Camila Aparecida da Silva Albach - Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa

Carina Mandler Schmidmeier - Mestranda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Carlos Adriano Martins - Doutor em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Cruzeiro do Sul

Carolline Nunes Lopes - Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Cláudio Alberto de Sá Quirino - Mestre profissional em Administração Pública (PROFIAP) pela Universidade Federal do Vale do São Francisco

Damião Evangelista Rocha - Doutorando em Saúde e Desenvolvimento Humano pela Universidade La Salle - Canoas

Daniel da Rocha Silva - Mestre em Letras pela Universidade Federal de Sergipe

Daniel Rodrigues de Lima - Mestre em História pela Universidade Federal do Amazonas.

Diego Pinto de Oliveira - Mestre em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal de Alfenas

Elberto Teles Ribeiro - Mestrando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados

Equiton Lorengian Grégio - Mestrando em Ciência e Tecnologia Ambiental pela Universidade Federal da Fronteira Sul

Evaldo Batista Mariano Júnior - Doutorando em Educação pela Universidade de Uberaba



Fábio Henrique de Souza Lacerda - Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso

Fabio José Antonio da Silva - Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Londrina.

Fabricio do Nascimento Moreira - Doutorando em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Felipe Antônio da Silva - Graduado em Direito pelo Centro Universitário Unihorizontes

Flávia Maria Silva Brito - Doutora em Recursos Florestais pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

Flávio Roberto Chaddad - Mestre em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Francisco Samuel Laurindo de Lima - Graduado em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará

Francisco Welton Machado - Editor Independente - Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí

Gabriella de Moraes - Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais

Gleyson Martins Magalhães Reymão - Mestre Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação pelo Instituto Federal do Pará

Glicerinaldo de Sousa Gomes - Doutorando em Educação pela Universidade Federal da Paraíba

Gustavo Boni Minetto - Mestrando em Educação, Linguagens e Tecnologia pela Universidade Estadual de Goiás

Gutemberg Rapôso da Silva Ferreira - Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Tocantins de Porto Nacional

João Vitor Silva Almeida - Graduado em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal do Tocantins

José Bruno Martins Leão - Doutor em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos pela Instituição Toledo de Ensino

José Carlos dos Santos Silva - Mestrando em Educação Física pela Universidade Federal do Vale do São Francisco

José Cláudio da Silva Júnior - Mestrando em Ciências da Saúde pela Universidade de Pernambuco

José Leonardo Diniz de Melo Santos - Mestre em Educação, Culturas e Identidades pela Universidade Federal Rural de Pernambuco

José Marciel Araújo Porcino - Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.



José Neto de Oliveira Felipe - Doutorando em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade de Passo Fundo.

José Ronaldo de Freitas Machado - Mestre em Educação pela Universidade de Uberaba

Jungley de Oliveira Torres Neto - Doutor em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora

Karyne Oliveira Coelho - Doutora em Ciência Animal pela Universidade Federal de Goiás

Lidiana da Cruz Pereira - Doutora em Doutorado em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí

Lidiane Álvares Mendes - Doutoranda em Estudos de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso

Luan Brenner da Costa - Editor Independente - Graduado em Enfermagem pela Fundação Herminio Ometto

Lucas Matheus Araujo Bicalho - Mestrando em Historia pela Universidade Estadual de Montes Claros, UNIMONTES, Brasil.

Luciano Victor da Silva Santos - Mestrando em Hotelaria e Turismo pela Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil.

Luzia Eleonora Rohr Balaj - Doutoranda em Música pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Magno Fernando Almeida Nazaré - Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

Maiara Martins Doná - Mestra em Educação pela Universidade de Sorocaba

Maickon Willian de Freitas - Mestre em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Maikon Luiz Mirkoski - Mestre Profissional em Matemática em Rede Nacional pela Universidade Estadual de Ponta Grossa

Mailson Moreira dos Santos Gama - Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais

Marcela da Silva Melo - Mestre em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará

Marcelo Bustamante Chilingue - Doutorando em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Marcelo Carvalho da Conceição - Doutor em Biologia Estrutural e Funcional pela Universidade Federal de São Paulo

Marcos Scarpioni - Doutorando em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora

Maria da Luz Olegário - Doutora em Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba



Maria Nazaré Lopes Baracho - Doutoranda em Odontologia pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Campus JK

Marilha da Silva Bastos - Mestranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará

Mario Marcos Lopes - Doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos

Marlon Messias Santana Cruz - Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Michael Douglas Alves dos Santos - Mestrando em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade do Estado da Bahia

Mirna Liz da Cruz - Editora Independente - Graduada em Odontologia pela Universidade Federal de Goiás

Natan Gomes dos Santos - Graduado em Biomedicina pela Faculdade Madre Thais

Newton Ataíde Meira - Mestrando em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros

Plinio da Silva Andrade - Mestrando em Ciências da Educação pela Universidade Leonardo Da Vinci

Priscila da Silva de Souza Bertotti - Editora Independente - Graduada em Biomedicina pelo Centro Universitário UniOpet

Rafael José Kraisch - Doutorando em Neurociências pela Universidade Federal de Santa Catarina

Ryan Dutra Rodrigues - Editor Independente - Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas

Sebastião Lacerda de Lima Filho - Doutorando em Medicina Translacional pela Universidade Federal do Ceará

Silvana Maria Aparecida Viana Santos - Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação pela MUST University

Silvio de Almeida Junior - Doutor em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca

Stefany Reis Marquioli - Mestra em História Social pela Universidade Estadual de Montes Claros

Suely Maria da Silva - Mestra em Gestão Pública Para o Desenvolvimento do Nordeste pela Universidade Federal de Pernambuco

Swelen Freitas Gabarron Peralta - Doutoranda em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná

Talita Benedcta Santos Künast - Doutoranda em Biodiversidade e Biotecnologia pela Universidade Federal de Mato Grosso

Tályta Carine da Silva Saraiva - Mestra em Agronomia pela Universidade Federal do Piauí



Thiago Giordano de Souza Siqueira - Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Thiago Silva Prado - Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá

Vinicius Valim Pereira - Doutor em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá, UEM, Brasil.

Wilson Moura - Doutor em Psicologia pela Christian Business School

Yohans de Oliveira Esteves - Doutor em Psicologia pela Universidade Salgado de Oliveira



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N778g Nogueira, Gizely Goronci.
Guia Prático Para a Inclusão Escolar de Estudantes
Com Baixa Visão [recurso eletrônico] : Estratégias
Pedagógicas, Acessibilidade e Práticas Inclusivas /
Gizely Goronci Nogueira. – Curitiba, PR: Aurum Editora,
2026.

Dados eletrônicos (1 PDF).

ISBN 978-65-6223-024-6

1. Educação inclusiva. 2. Inclusão escolar. 3. Baixa
visão. 4. Professores – formação. I. Título.

CDU 376

Catálogo na fonte: Bruna Heller (CRB10/2348)

Índices para catálogo sistemático:

1 Educação inclusiva 376

DOI: 10.63330/livroautoral682026-

Aurum Editora Ltda
CNPJ: 589029480001-12
contato@aurumeditora.com
(41) 98792-9544
Curitiba - Paraná



AUTORA

Gizely Goronci Nogueira

Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré. É licenciada em Pedagogia, História e Letras – Português/Inglês. Possui pós-graduação em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental e em Gestão Educacional, pela Universidade Castelo Branco, além de especializações em Ensino Religioso, Educação Especial e Inclusiva e Deficiência Visual, pela Faculdade da Serra.

Iniciou sua trajetória docente em 2004, atuando no ensino de Língua Inglesa. Desde 2020, trabalha na Sala de Recursos Multifuncionais e no Atendimento Educacional Especializado, com ênfase no acompanhamento de estudantes com deficiência visual, especialmente aqueles com baixa visão. Também atua como professora de Língua Inglesa. Sua experiência profissional e o contato direto com as necessidades desses estudantes motivaram o desenvolvimento de pesquisas voltadas à educação inclusiva, à acessibilidade pedagógica, às tecnologias assistivas e à formação docente.



ORIENTADORA

Luciana T. Moura Pirolla

Doutora e orientadora da pesquisa de mestrado que deu origem ao presente produto educacional, desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré. Acompanhou o processo investigativo e a elaboração do guia destinado ao fortalecimento da inclusão escolar, da acessibilidade pedagógica e da formação dos profissionais que atuam com estudantes com baixa visão.



PREFÁCIO

Prefaciar esta obra é reconhecer a relevância de um trabalho que nasce da realidade escolar, da escuta dos profissionais da educação e, sobretudo, do compromisso com o direito de todos os estudantes à participação e à aprendizagem. O presente guia parte de uma questão essencial: como transformar a presença do estudante com baixa visão na escola regular em uma experiência verdadeiramente inclusiva, acessível e significativa?

A inclusão escolar não se efetiva apenas por meio da matrícula ou pela existência de dispositivos legais. Ela se concretiza nas escolhas realizadas diariamente pelos profissionais da educação: na forma como uma atividade é planejada, no tamanho e no contraste das letras, na organização do espaço, na descrição de uma imagem, na flexibilização do tempo, na utilização de tecnologias assistivas e na disponibilidade para compreender as necessidades específicas de cada estudante.

Nesse sentido, o *Guia Prático para a Inclusão Escolar de Estudantes com Baixa Visão* constitui uma importante contribuição para professores da sala comum, profissionais do Atendimento Educacional Especializado, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e demais integrantes da comunidade educacional. Seus capítulos articulam conhecimentos científicos, fundamentos legais, estratégias pedagógicas, recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas, planejamento colaborativo e instrumentos que podem ser aplicados no cotidiano escolar.

Uma das principais qualidades desta obra encontra-se em sua capacidade de aproximar teoria e prática. As orientações apresentadas não foram construídas de forma distante da realidade, mas fundamentadas na investigação científica, na experiência profissional da autora e nas demandas identificadas junto aos sujeitos que vivenciam diariamente os desafios da inclusão. O resultado é um material acessível, aplicável e comprometido com a transformação das práticas educacionais.

Ao longo de suas páginas, o leitor é convidado a compreender que a baixa visão não determina a capacidade intelectual ou o potencial de aprendizagem do estudante. Muitas das dificuldades encontradas no percurso escolar decorrem das barreiras presentes nos materiais, nas metodologias, nos ambientes e nas atitudes. Quando essas barreiras são identificadas e eliminadas, ampliam-se as possibilidades de autonomia, participação, pertencimento e desenvolvimento.

Este guia também reafirma que a inclusão não é responsabilidade isolada de um único profissional. Ela depende da construção de uma rede colaborativa envolvendo professores, Atendimento Educacional Especializado, gestão escolar, estudantes, famílias e demais profissionais. Planejar conjuntamente, compartilhar informações, avaliar as estratégias adotadas e ouvir o próprio estudante são ações indispensáveis para a consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva.

Que esta obra seja utilizada não apenas como fonte de consulta, mas como instrumento de formação, reflexão e transformação. Que suas orientações inspirem práticas mais acessíveis, humanas e equitativas e fortaleçam, em cada escola, o compromisso de reconhecer as diferenças não como obstáculos, mas como parte constitutiva da diversidade humana.

Profa. Dra. Luciana T. Moura Pirolla
Orientadora da pesquisa
Programa de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação
Centro Universitário Vale do Cricaré



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	14
1 INTRODUÇÃO.....	16
2 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO GUIA PRÁTICO.....	18
3 COMPREENDENDO A BAIXA VISÃO.....	21
3.1 O QUE É BAIXA VISÃO?.....	21
3.1.1 Baixa visão não é cegueira.....	22
3.2 COMO A BAIXA VISÃO INTERFERE NA APRENDIZAGEM?.....	22
3.2.1 Sinais que podem ser observados pelos professores.....	23
3.3 O POTENCIAL VISUAL PODE SER DESENVOLVIDO.....	23
3.4 O PAPEL DO PROFESSOR.....	23
3.5 O QUE A PESQUISA REVELOU?.....	24
4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E LEGISLAÇÃO: DA GARANTIA LEGAL À EFETIVAÇÃO DAS PRÁTICAS INCLUSIVAS.....	25
4.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO DIREITO FUNDAMENTAL.....	25
4.2 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	26
4.3 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL.....	26
4.4 POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	26
4.5 CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	27
4.6 LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	27
4.7 A LEGISLAÇÃO E A PRÁTICA DOCENTE.....	28
4.7.1 Aplicando a legislação no cotidiano escolar.....	28
4.8 O QUE REVELOU ESTA PESQUISA?.....	29
5 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM BAIXA VISÃO.....	30
5.1 A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA COMO FUNDAMENTO DA INCLUSÃO.....	30
5.2 PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO INCLUSIVO.....	30
5.2.1 Estratégias pedagógicas recomendadas.....	31
5.2.2 Adaptação dos materiais didáticos.....	31
5.2.3 Estratégias durante a explicação dos conteúdos.....	32
5.2.4 Estratégias para avaliação da aprendizagem.....	32
5.2.5 A importância da avaliação contínua das estratégias.....	33
5.3 O QUE REVELOU ESTA PESQUISA?.....	33



6 RECURSOS E TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA ESCOLARIZAÇÃO DE ESTUDANTES COM BAIXA VISÃO.....	35
6.1 O QUE SÃO TECNOLOGIAS ASSISTIVAS?.....	35
6.2 RECURSOS ÓPTICOS.....	35
6.3 RECURSOS NÃO ÓPTICOS.....	36
6.4 RECURSOS DIGITAIS.....	36
6.5 TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NO COTIDIANO ESCOLAR.....	37
6.6 QUANDO UTILIZAR?.....	37
6.6.1 Durante as aulas.....	37
6.6.2 Durante atividades práticas.....	37
6.6.3 Durante avaliações.....	38
6.6.4 Durante atividades extraclasse.....	38
6.7 O PAPEL DO PROFESSOR NA UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS.....	38
6.8 O QUE REVELOU ESTA PESQUISA?.....	39
 7 PLANEJAMENTO COLABORATIVO: CONSTRUINDO REDES DE APOIO PARA A INCLUSÃO ESCOLAR.....	 41
7.1 O PLANEJAMENTO COLABORATIVO COMO PRINCÍPIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	41
7.2 O PAPEL DO PROFESSOR DA SALA COMUM.....	41
7.3 O PAPEL DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE).....	42
7.4 O PAPEL DA EQUIPE GESTORA.....	43
7.5 O PAPEL DA FAMÍLIA.....	43
7.6 CONSTRUINDO UMA REDE COLABORATIVA.....	44
7.7 RECOMENDAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO COLABORATIVO.....	45
7.8 O QUE REVELOU ESTA PESQUISA?.....	45
 8 INSTRUMENTOS PRÁTICOS PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM BAIXA VISÃO.....	 47
8.1 CHECKLIST PARA AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA.....	47
8.2 FLUXOGRAMA PARA ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO PEDAGÓGICO.....	48
8.3 MODELO DE PLANO PEDAGÓGICO COLABORATIVO.....	49
8.4 ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO PEDAGÓGICA DO ESTUDANTE.....	50
8.5 SUGESTÕES DE ADAPTAÇÕES PEDAGÓGICAS.....	51
8.6 INSTRUMENTOS PARA ACOMPANHAMENTO DA APRENDIZAGEM.....	52
8.7 O QUE REVELOU ESTA PESQUISA?.....	52
 9 APLICAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	 54
 10 POTENCIALIDADES E CONTRIBUIÇÕES DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	 58



11 LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	60
12 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRODUTO EDUCACIONAL.....	63
REFERÊNCIAS.....	67



LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estratégias pedagógicas para estudantes com baixa visão.....	30
Quadro 2 – Recursos e Tecnologias Assistivas para estudantes com baixa visão.....	39
Quadro 3 – Responsabilidades dos diferentes atores no planejamento colaborativo.....	44
Quadro 4 – Checklist para organização das práticas pedagógicas.....	48
Quadro 5 – Plano Colaborativo.....	50
Quadro 6 – Roteiro de Observação.....	51
Quadro 7 – Sugestões de adaptação.....	51
Quadro 8 – Participantes da validação do produto educacional.....	54



APRESENTAÇÃO

A educação inclusiva consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos principais compromissos das políticas educacionais contemporâneas, fundamentando-se no reconhecimento da diversidade humana como princípio estruturante dos processos de ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, a escola é chamada a superar modelos homogêneos de educação e a construir práticas pedagógicas capazes de garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, respeitando suas singularidades e necessidades educacionais específicas.

Entre os diferentes públicos atendidos pela Educação Especial, os estudantes com baixa visão vivenciam desafios que ultrapassam as limitações decorrentes da condição visual, estando frequentemente relacionados às barreiras pedagógicas, arquitetônicas, comunicacionais, tecnológicas e atitudinais presentes no ambiente escolar. Embora a legislação brasileira assegure amplamente seus direitos, a efetivação da inclusão ainda depende da formação dos profissionais da educação, da organização do trabalho pedagógico e da disponibilidade de instrumentos que auxiliem a tradução dos conhecimentos científicos em práticas concretas no cotidiano das escolas.

Foi nesse contexto que se desenvolveu o presente Produto Educacional, intitulado **Guia Prático para a Inclusão Escolar de Estudantes com Baixa Visão: Estratégias Pedagógicas, Acessibilidade e Práticas Inclusivas**, concebido como resultado direto da pesquisa realizada no âmbito do Mestrado Profissional. Diferentemente de um manual elaborado exclusivamente a partir da literatura especializada, este guia foi construído com base nas evidências produzidas durante a investigação científica, articulando referenciais teóricos, análise documental, observação participante, aplicação de questionários, diálogo com professores, gestores escolares, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), estudantes e familiares.

O produto fundamenta-se na compreensão de que a inclusão escolar não se concretiza apenas pela matrícula do estudante na escola regular, mas pela construção de práticas pedagógicas intencionalmente planejadas, capazes de eliminar barreiras à aprendizagem e promover condições efetivas de participação. Nesse sentido, o guia reúne conhecimentos científicos organizados em linguagem acessível, preservando o rigor acadêmico e privilegiando sua aplicabilidade no cotidiano da Educação Básica.

Sua estrutura contempla os principais aspectos relacionados à escolarização de estudantes com baixa visão, abordando conceitos fundamentais sobre deficiência visual, os marcos legais da educação inclusiva, estratégias pedagógicas, adaptações curriculares, tecnologias assistivas, planejamento colaborativo, instrumentos de acompanhamento e recursos destinados ao fortalecimento da prática docente. Cada capítulo foi elaborado para responder às demandas identificadas durante a pesquisa, oferecendo orientações fundamentadas em evidências e exemplos passíveis de implementação nas diferentes realidades escolares. Além de constituir um material de apoio ao trabalho dos professores da sala comum, o guia também se destina aos profissionais do Atendimento Educacional Especializado, equipes gestoras, coordenadores pedagógicos e demais profissionais envolvidos na organização da educação inclusiva, reconhecendo que a construção de uma escola acessível depende da atuação integrada de todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar.

Espera-se que este Produto Educacional contribua para o fortalecimento da formação continuada dos profissionais da educação, para a ampliação das práticas pedagógicas inclusivas e para a consolidação de uma cultura escolar comprometida com a equidade, a acessibilidade e os direitos humanos. Da mesma forma, pretende-se que este material possa ser utilizado por diferentes redes e instituições de ensino, favorecendo sua replicabilidade e ampliando seu potencial de impacto social.



Mais do que apresentar estratégias ou orientações técnicas, este guia representa a materialização do compromisso do Mestrado Profissional com a produção de conhecimentos aplicados, socialmente relevantes e cientificamente fundamentados, reafirmando o papel da pesquisa como instrumento de transformação da realidade educacional. Ao aproximar teoria e prática, ciência e cotidiano escolar, este Produto Educacional busca contribuir para que a inclusão deixe de ser apenas um princípio legal e se torne uma experiência efetivamente vivenciada por todos os estudantes.



1 INTRODUÇÃO

A produção de um produto educacional constitui um dos elementos centrais dos programas de Mestrado Profissional, uma vez que materializa o compromisso da pesquisa científica com a transformação da prática profissional e com a resolução de problemas identificados nos contextos de atuação dos pesquisadores. Diferentemente da pesquisa de natureza estritamente acadêmica, cuja principal finalidade consiste na ampliação do conhecimento científico, o mestrado profissional busca articular investigação, inovação e intervenção, produzindo conhecimentos capazes de subsidiar mudanças efetivas na realidade educacional. Nessa perspectiva, o produto educacional representa um desdobramento da investigação desenvolvida, configurando-se como resultado da articulação entre os referenciais teóricos, as evidências empíricas produzidas durante a pesquisa e as demandas identificadas no contexto investigado.

No âmbito da Educação Inclusiva, a elaboração de produtos educacionais assume especial relevância diante da necessidade de aproximar o conhecimento científico das práticas desenvolvidas no cotidiano escolar. Embora a legislação brasileira tenha avançado significativamente nas últimas décadas quanto à garantia do direito à educação das pessoas com deficiência, inúmeros estudos evidenciam que a efetivação desses direitos ainda enfrenta desafios relacionados à formação docente, à acessibilidade, à organização do trabalho pedagógico e à implementação de estratégias inclusivas capazes de assegurar a participação e a aprendizagem de todos os estudantes. Dessa forma, torna-se necessário produzir instrumentos que contribuam para a tradução dos conhecimentos produzidos pela pesquisa em ações concretas capazes de qualificar o trabalho dos profissionais da educação.

Ao longo desta investigação, os diferentes procedimentos metodológicos empregados — análise documental, aplicação de questionários semiestruturados, observação participante e realização do Café Pedagógico com os familiares — permitiram compreender que a inclusão escolar de estudantes com baixa visão constitui um processo complexo, que envolve dimensões pedagógicas, organizacionais, estruturais, relacionais e atitudinais. Os resultados evidenciaram avanços importantes nas práticas desenvolvidas pela escola investigada, mas também revelaram desafios relacionados à sistematização das adaptações pedagógicas, ao fortalecimento do planejamento colaborativo entre professores e Atendimento Educacional Especializado, à ampliação do acesso às tecnologias assistivas e à necessidade de formação continuada voltada às especificidades da baixa visão.

Um dos principais achados da pesquisa refere-se à existência de uma lacuna entre o conhecimento científico produzido no campo da Educação Especial e sua efetiva incorporação às práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores da Educação Básica. Verificou-se que grande parte das adaptações realizadas pelos docentes decorre da experiência cotidiana, das orientações pontuais fornecidas pelos profissionais do Atendimento Educacional Especializado e do compromisso individual com a aprendizagem dos estudantes. Embora essas iniciativas demonstrem sensibilidade e responsabilidade profissional, elas evidenciam a necessidade de instrumentos que sistematizem conhecimentos científicos,

orientem a tomada de decisões pedagógicas e favoreçam a consolidação de práticas inclusivas fundamentadas em evidências.

Foi a partir dessa constatação que se delineou a elaboração do produto educacional desta pesquisa. **O Guia Prático para a Inclusão Escolar de Estudantes com Baixa Visão: Estratégias Pedagógicas, Acessibilidade e Práticas Inclusivas** foi concebido como uma ferramenta de apoio aos professores da Educação Básica, profissionais do Atendimento Educacional Especializado, gestores escolares e demais profissionais envolvidos na escolarização de estudantes com baixa visão. Sua construção fundamentou-se diretamente nos resultados produzidos pela investigação, buscando responder às necessidades identificadas no campo empírico e oferecer subsídios teóricos e práticos para o fortalecimento da educação inclusiva.

Mais do que reunir informações sobre deficiência visual, o guia busca estabelecer uma aproximação entre pesquisa e prática, organizando conhecimentos científicos em linguagem acessível e apresentando estratégias passíveis de aplicação no cotidiano escolar. Assim, o produto educacional configura-se como um instrumento de formação continuada e de apoio à prática docente, contribuindo para a implementação de ações pedagógicas mais inclusivas, colaborativas e acessíveis.

Nas seções seguintes serão apresentados o processo de construção do produto educacional, sua estrutura, os fundamentos que orientaram sua elaboração, as estratégias de validação junto aos profissionais participantes da pesquisa e suas potencialidades como instrumento de apoio à formação docente e ao fortalecimento das práticas inclusivas voltadas aos estudantes com baixa visão.

2 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO GUIA PRÁTICO

O desenvolvimento do produto educacional constituiu uma etapa indissociável da presente investigação, sendo concebido como resultado direto do processo de produção, análise e interpretação dos dados empíricos obtidos ao longo da pesquisa. Diferentemente de materiais elaborados exclusivamente a partir de revisões teóricas ou de experiências profissionais isoladas, o **Guia Prático para a Inclusão Escolar de Estudantes com Baixa Visão: Estratégias Pedagógicas, Acessibilidade e Práticas Inclusivas** foi construído com base em evidências científicas produzidas durante a investigação, articulando os referenciais da Educação Inclusiva, da Educação Especial e da formação docente às necessidades concretas identificadas no contexto escolar investigado.

A construção do guia fundamentou-se na perspectiva da pesquisa aplicada, característica dos programas de Mestrado Profissional, cuja finalidade consiste em produzir conhecimentos capazes de responder a problemas reais da prática educativa. Nesse sentido, sua elaboração ocorreu de maneira processual, acompanhando todas as etapas da investigação e sendo continuamente alimentada pelas informações produzidas nos diferentes instrumentos de coleta de dados. Assim, cada seção do material foi estruturada a partir das categorias analíticas emergentes da pesquisa, garantindo que o produto educacional representasse uma síntese entre os conhecimentos científicos disponíveis na literatura e as demandas efetivamente identificadas junto aos participantes.

A primeira etapa da construção do guia correspondeu ao **levantamento bibliográfico**, desenvolvido com o objetivo de identificar os principais referenciais teóricos relacionados à inclusão escolar, à deficiência visual, à baixa visão, à acessibilidade, às tecnologias assistivas, às adaptações curriculares e à formação de professores. Foram analisadas obras clássicas e contemporâneas da área da Educação Inclusiva, além de artigos científicos, dissertações, teses, documentos técnicos e publicações oficiais produzidas por órgãos nacionais e internacionais. Esse levantamento permitiu identificar os fundamentos conceituais que orientariam tanto a investigação quanto a organização do produto educacional, assegurando respaldo científico às orientações posteriormente apresentadas aos professores.

Paralelamente, realizou-se a **análise documental**, contemplando o Projeto Político-Pedagógico da instituição investigada, planos de atendimento do Atendimento Educacional Especializado, registros pedagógicos, legislações educacionais, políticas públicas voltadas à Educação Especial, documentos normativos e demais instrumentos institucionais relacionados ao processo de inclusão escolar. Essa etapa possibilitou compreender como a inclusão dos estudantes com baixa visão estava formalmente prevista nos documentos da escola, permitindo identificar avanços institucionais, lacunas pedagógicas e aspectos que necessitavam de maior sistematização no cotidiano escolar. As informações obtidas subsidiaram principalmente os capítulos do guia relacionados à legislação educacional, à organização institucional da inclusão e ao planejamento pedagógico.

A terceira etapa correspondeu à análise dos **questionários semiestruturados** aplicados aos

diferentes grupos participantes da pesquisa. Professores da sala comum, profissionais do Atendimento Educacional Especializado, gestores escolares, estudantes com baixa visão e familiares apresentaram suas percepções acerca das potencialidades e dificuldades relacionadas ao processo de inclusão escolar. A análise de conteúdo das respostas permitiu identificar categorias temáticas recorrentes, evidenciando demandas relacionadas à formação docente, às adaptações curriculares, ao uso de recursos pedagógicos acessíveis, ao planejamento colaborativo, à comunicação entre escola e família e à necessidade de materiais orientadores destinados aos professores. Essas evidências constituíram um dos principais referenciais para definição dos conteúdos que passaram a compor o guia.

Em seguida, a **observação participante** possibilitou ampliar a compreensão dos dados produzidos pelos questionários, permitindo acompanhar diretamente o cotidiano escolar, as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores, as intervenções realizadas pelos profissionais do Atendimento Educacional Especializado e as formas de participação dos estudantes com baixa visão nas diferentes atividades escolares. Essa etapa revelou aspectos que dificilmente seriam identificados apenas pelos discursos dos participantes, evidenciando situações relacionadas à organização do ambiente de aprendizagem, à utilização dos recursos de acessibilidade, às adaptações realizadas em tempo real pelos professores e às estratégias colaborativas construídas espontaneamente durante o processo de ensino. Os registros realizados em diário de campo forneceram importantes subsídios para elaboração das orientações práticas presentes no produto educacional.

Complementando as demais etapas da investigação, realizou-se o **Café Pedagógico com os pais ou responsáveis**, concebido como espaço de diálogo, escuta qualificada e construção coletiva de conhecimentos. As discussões desenvolvidas durante as rodas de conversa permitiram compreender as expectativas das famílias em relação ao processo de escolarização dos estudantes, as dificuldades enfrentadas no cotidiano, as barreiras existentes dentro e fora da escola e as possibilidades de fortalecimento das práticas inclusivas. As contribuições apresentadas pelos familiares ampliaram a compreensão do fenômeno investigado e fundamentaram a elaboração de uma seção específica do guia dedicada à parceria entre escola e família, reconhecendo o papel da comunidade escolar na consolidação de uma educação inclusiva.

Concluídas as etapas de produção dos dados, procedeu-se à **triangulação das informações**, estratégia metodológica que consistiu na integração das evidências provenientes da revisão bibliográfica, da análise documental, dos questionários semiestruturados, da observação participante e do Café Pedagógico. A triangulação permitiu identificar convergências, divergências e complementaridades entre as diferentes fontes de evidência, conferindo maior consistência às interpretações produzidas e fortalecendo o rigor científico da investigação. Mais do que confirmar informações, esse procedimento possibilitou compreender quais demandas apareciam de forma recorrente entre os diferentes participantes,

estabelecendo prioridades para a elaboração do produto educacional.

A partir desse processo analítico, iniciou-se a **definição da estrutura e dos conteúdos do guia**, considerando dois critérios fundamentais: a relevância científica dos temas identificados na literatura especializada e a frequência com que essas demandas emergiram durante a pesquisa de campo. Assim, cada capítulo do produto educacional foi elaborado para responder diretamente a problemas concretos evidenciados pelos participantes da investigação. Os conteúdos foram organizados em sequência lógica, iniciando-se pela compreensão da baixa visão e dos fundamentos da educação inclusiva, avançando para aspectos relacionados às adaptações pedagógicas, acessibilidade, tecnologias assistivas, planejamento colaborativo, avaliação da aprendizagem, parceria entre escola e família e apresentação de instrumentos práticos destinados à atuação docente.

Durante a elaboração do material, buscou-se utilizar linguagem científica, porém acessível aos profissionais da Educação Básica, evitando excesso de terminologias técnicas sem perder o rigor acadêmico necessário ao produto educacional. Além da fundamentação teórica, cada temática passou a ser acompanhada por orientações práticas, exemplos de aplicação, quadros explicativos, checklists, fluxogramas, sugestões de adaptação pedagógica e indicações de recursos que pudessem ser imediatamente incorporados ao cotidiano escolar.

Concluída a versão preliminar, o guia foi submetido à apreciação dos profissionais participantes da pesquisa durante um encontro formativo realizado na escola investigada. Professores da sala comum, profissionais do Atendimento Educacional Especializado e gestores escolares analisaram sua estrutura, linguagem, organização didática e aplicabilidade das orientações apresentadas. As sugestões e observações realizadas pelos participantes foram sistematizadas e incorporadas à versão final do material, fortalecendo seu caráter participativo e sua adequação às necessidades identificadas no contexto investigado.

Dessa forma, o processo de construção do produto educacional caracterizou-se por uma abordagem fundamentada em evidências, na qual todas as decisões relacionadas à seleção dos conteúdos, organização temática e elaboração das orientações pedagógicas decorreram diretamente dos resultados produzidos pela investigação. Essa metodologia assegura que o **Guia Prático para a Inclusão Escolar de Estudantes com Baixa Visão** não constitua apenas uma compilação de informações teóricas, mas um instrumento científico construído a partir da realidade vivenciada pelos sujeitos da pesquisa, aproximando o conhecimento acadêmico da prática pedagógica e reafirmando o compromisso do mestrado profissional com a produção de soluções educacionais socialmente relevantes e cientificamente fundamentadas.

3 COMPREENDENDO A BAIXA VISÃO

Este capítulo tem como objetivo proporcionar aos professores da Educação Básica conhecimentos fundamentais acerca da baixa visão, possibilitando a compreensão de suas características, implicações educacionais e repercussões no processo de ensino e aprendizagem. Busca-se oferecer subsídios teóricos e práticos que contribuam para a identificação das necessidades dos estudantes, para a organização de práticas pedagógicas inclusivas e para a adoção de estratégias capazes de favorecer sua participação, autonomia e desenvolvimento no contexto escolar.

3.1 O QUE É BAIXA VISÃO?

A baixa visão é uma condição caracterizada pela redução significativa da função visual, mesmo após tratamento clínico, cirúrgico ou utilização da melhor correção óptica disponível. Entretanto, diferentemente da cegueira, a pessoa com baixa visão mantém um resíduo visual funcional que pode ser utilizado nas atividades diárias, desde que sejam disponibilizados recursos, adaptações e estratégias adequadas.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a baixa visão corresponde à diminuição permanente da capacidade visual que interfere no desempenho das atividades cotidianas, mas que ainda permite o aproveitamento do potencial visual remanescente por meio de recursos específicos.

É importante compreender que a baixa visão não constitui uma doença, mas uma condição funcional decorrente de diferentes patologias oftalmológicas, podendo apresentar graus variados de comprometimento visual. Assim, dois estudantes classificados como pessoas com baixa visão podem apresentar necessidades completamente distintas, exigindo diferentes formas de intervenção pedagógica.

Entre as principais causas da baixa visão encontram-se:

- Retinopatia da prematuridade;
- Glaucoma congênito;
- Catarata congênita;
- Albinismo;
- Degeneração macular;
- Retinose pigmentar;
- Atrofia do nervo óptico;
- Retinopatia diabética;
- Miopia patológica;
- Traumas oculares.

Cada uma dessas condições produz alterações específicas na percepção visual, razão pela qual o planejamento pedagógico deve considerar as características individuais de cada estudante e não apenas seu

diagnóstico clínico.

3.1.1 Baixa visão não é cegueira

Um dos equívocos mais frequentes no ambiente escolar consiste em considerar que todos os estudantes com deficiência visual apresentam as mesmas necessidades educacionais.

Enquanto a pessoa cega utiliza predominantemente recursos táteis e auditivos para acessar as informações, o estudante com baixa visão utiliza seu resíduo visual como principal canal de aprendizagem. Dessa forma, ampliar textos, melhorar o contraste dos materiais, reorganizar a iluminação da sala ou aproximar o estudante do quadro pode produzir resultados significativamente mais eficazes do que substituir totalmente os estímulos visuais.

Compreender essa diferença constitui o primeiro passo para a construção de práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas.

3.2 COMO A BAIXA VISÃO INTERFERE NA APRENDIZAGEM?

A visão participa de grande parte das atividades realizadas na escola. Ler um texto, copiar informações do quadro, interpretar gráficos, observar imagens, localizar objetos na sala, acompanhar experimentos, utilizar recursos digitais e participar de atividades práticas dependem, em diferentes níveis, da percepção visual. Quando essa percepção encontra-se reduzida, o estudante pode apresentar dificuldades como:

- leitura lenta;
- fadiga visual após longos períodos de estudo;
- dificuldade para copiar informações do quadro;
- necessidade de aproximar excessivamente livros e cadernos;
- dificuldade para identificar detalhes em figuras;
- limitação na percepção de contrastes;
- dificuldade em ambientes muito iluminados ou pouco iluminados;
- redução do campo visual;
- dificuldade para localizar objetos ou pessoas no ambiente.

Essas dificuldades, entretanto, não devem ser interpretadas como limitações cognitivas. A baixa visão não compromete a capacidade intelectual do estudante. As dificuldades observadas decorrem principalmente da forma como as informações são apresentadas e da existência de barreiras pedagógicas que dificultam o acesso ao conhecimento. Nesse sentido, adaptações relativamente simples podem modificar significativamente a experiência escolar do estudante.

3.2.1 Sinais que podem ser observados pelos professores

Embora o diagnóstico da baixa visão seja atribuição dos profissionais da área da saúde, os professores podem identificar sinais que indiquem necessidade de encaminhamento ou de adaptações pedagógicas. Entre os comportamentos mais frequentemente observados destacam-se:

- aproximação excessiva do rosto ao livro ou ao caderno;
- dificuldade para copiar conteúdos escritos no quadro;
- necessidade constante de aumentar o tamanho das letras;
- piscar excessivamente ou esfregar os olhos durante a leitura;
- inclinação da cabeça para enxergar melhor;
- dificuldade para reconhecer colegas à distância;
- tropeços frequentes;
- dificuldade para acompanhar apresentações projetadas;
- reclamações frequentes de dor de cabeça ou cansaço visual.

A presença desses sinais não confirma a existência de baixa visão, mas indica a necessidade de investigação especializada e de atenção por parte da escola.

3.3 O POTENCIAL VISUAL PODE SER DESENVOLVIDO

Ao contrário do que muitas pessoas imaginam, possuir baixa visão não significa que o estudante esteja condenado a utilizar apenas uma parcela reduzida de sua capacidade visual.

A literatura demonstra que o resíduo visual pode ser estimulado e utilizado de maneira cada vez mais eficiente quando associado à intervenção pedagógica adequada, à utilização de recursos ópticos e não ópticos, às tecnologias assistivas e à reorganização do ambiente de aprendizagem. Assim, significa que a escola possui papel fundamental no desenvolvimento da autonomia visual do estudante.

Cada situação de aprendizagem representa oportunidade para que o estudante utilize seu potencial visual de maneira funcional, desenvolvendo estratégias próprias para interpretar informações, resolver problemas e participar das atividades escolares.

3.4 O PAPEL DO PROFESSOR

O professor ocupa posição estratégica na inclusão do estudante com baixa visão. Mais do que transmitir conteúdos, cabe-lhe organizar situações de aprendizagem acessíveis, selecionar recursos adequados, flexibilizar estratégias metodológicas e criar condições para que todos os estudantes possam participar das atividades em igualdade de oportunidades.

Essa atuação não exige conhecimentos médicos aprofundados, mas requer sensibilidade pedagógica, disposição para o trabalho colaborativo e compreensão de que a inclusão não consiste em tratar todos da

mesma maneira, mas em oferecer diferentes caminhos para que todos aprendam. Nesse processo, o diálogo permanente com o Atendimento Educacional Especializado, com a família e com outros profissionais torna-se elemento indispensável para o planejamento das intervenções pedagógicas.

3.5 O QUE A PESQUISA REVELOU?

A elaboração deste capítulo fundamenta-se diretamente nos resultados obtidos durante a pesquisa.

Os questionários aplicados aos professores evidenciaram que, embora todos demonstrassem atitudes favoráveis à inclusão escolar, **80%** afirmaram possuir conhecimentos limitados sobre as características específicas da baixa visão. Grande parte relatou dificuldade para diferenciar baixa visão e cegueira, reconhecendo insegurança quanto às adaptações pedagógicas mais adequadas.

Os profissionais do Atendimento Educacional Especializado também destacaram que uma parcela significativa de seu trabalho consiste em esclarecer aos docentes aspectos relacionados ao funcionamento visual dos estudantes e às possibilidades de utilização do resíduo visual. Segundo esses profissionais, muitas adaptações poderiam ser realizadas de forma mais eficiente caso os professores possuíssem conhecimentos básicos sobre as características da baixa visão.

Durante a observação participante verificou-se que diversas estratégias pedagógicas eram construídas empiricamente, baseadas na experiência profissional dos docentes e nas orientações pontuais do Atendimento Educacional Especializado. Embora essas práticas demonstrassem elevado compromisso com a aprendizagem dos estudantes, observou-se que a ausência de conhecimentos sistematizados dificultava a adoção de intervenções mais consistentes e fundamentadas.

As discussões desenvolvidas durante o Café Pedagógico reforçaram esses resultados. Os familiares relataram que frequentemente precisavam explicar aos profissionais recém-chegados à escola as necessidades específicas de seus filhos, evidenciando a importância de processos permanentes de formação docente.

Esses achados demonstram que compreender a baixa visão constitui condição indispensável para a construção de práticas pedagógicas inclusivas. Antes de discutir adaptações curriculares, tecnologias assistivas ou avaliação da aprendizagem, torna-se necessário que os profissionais compreendam quem é o estudante com baixa visão, quais são suas potencialidades e de que maneira sua condição visual influencia — mas não determina — seu processo de escolarização. Assim, este capítulo constitui o ponto de partida para os conteúdos apresentados nas seções seguintes do guia, oferecendo fundamentos conceituais que subsidiarão a implementação das estratégias pedagógicas, dos recursos de acessibilidade e das práticas inclusivas discutidas ao longo do material.

4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E LEGISLAÇÃO: DA GARANTIA LEGAL À EFETIVAÇÃO DAS PRÁTICAS INCLUSIVAS

Este capítulo tem como objetivo apresentar os principais fundamentos legais que asseguram o direito à educação das pessoas com deficiência, especialmente dos estudantes com baixa visão, relacionando-os às práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar. Mais do que apresentar a legislação vigente, busca-se promover uma compreensão crítica sobre a responsabilidade dos profissionais da educação na efetivação desses direitos, evidenciando que a inclusão escolar não constitui apenas uma exigência normativa, mas um compromisso ético, social e pedagógico com a democratização do ensino, a valorização da diversidade humana e a garantia da aprendizagem de todos os estudantes.

Ao compreender os dispositivos legais que orientam a Educação Inclusiva, o professor fortalece sua atuação profissional, amplia sua segurança na tomada de decisões pedagógicas e passa a reconhecer que muitas das adaptações realizadas em sala de aula não representam concessões ou privilégios, mas a concretização de direitos assegurados pela legislação brasileira e pelos tratados internacionais de direitos humanos.

4.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Nas últimas décadas, a educação brasileira passou por profundas transformações em relação ao atendimento às pessoas com deficiência. Se anteriormente predominava um modelo segregador, baseado na institucionalização e na oferta de serviços especializados separados da escola comum, atualmente a legislação brasileira reconhece que todos os estudantes possuem direito à convivência, à participação e à aprendizagem em ambientes educacionais inclusivos.

Essa mudança representa uma alteração paradigmática significativa. A deficiência deixa de ser compreendida exclusivamente como uma limitação individual e passa a ser interpretada a partir da interação entre as características do sujeito e as barreiras existentes no ambiente social. Assim, a inclusão escolar não consiste em adaptar o estudante à escola, mas transformar a escola para que ela seja capaz de acolher a diversidade humana.

Essa compreensão encontra respaldo no modelo social da deficiência, segundo o qual as dificuldades vivenciadas pelas pessoas com deficiência decorrem, principalmente, das barreiras físicas, comunicacionais, metodológicas, tecnológicas e atitudinais existentes na sociedade. Dessa forma, cabe à escola eliminar essas barreiras e criar condições para que todos os estudantes participem dos processos educativos em igualdade de oportunidades.

Sob essa perspectiva, a Educação Inclusiva deixa de representar uma política destinada apenas às pessoas com deficiência e passa a constituir um princípio orientador da educação democrática, comprometida com o respeito às diferenças, à equidade e aos direitos humanos.

4.2 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A Constituição da República Federativa do Brasil constitui o principal marco jurídico da Educação Inclusiva no país. Ao estabelecer a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, a Constituição assegura que nenhuma pessoa poderá ser privada do acesso à educação em razão de sua condição física, sensorial, intelectual ou social.

O artigo 205 estabelece que a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Já o artigo 206 determina que o ensino deve ser desenvolvido com base no princípio da igualdade de condições para acesso e permanência na escola.

Especificamente em relação às pessoas com deficiência, o artigo 208 prevê o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, consolidando o entendimento de que a escola comum constitui o espaço prioritário para a escolarização desses estudantes.

Esses dispositivos demonstram que a inclusão escolar não representa uma política opcional, mas um direito constitucional que deve orientar todas as ações desenvolvidas pelas instituições educacionais.

4.3 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

A Lei nº 9.394/1996 (LDB) regulamenta os princípios constitucionais da educação brasileira e dedica um capítulo específico à Educação Especial. A legislação reconhece a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, determinando que os sistemas educacionais ofereçam serviços e recursos especializados para atender às necessidades específicas dos estudantes.

A LDB também estabelece que o currículo, os métodos, os recursos didáticos e os processos de avaliação devem ser organizados de maneira a favorecer a aprendizagem dos estudantes com deficiência. Para os professores, esse dispositivo possui grande relevância, pois demonstra que adaptar atividades, flexibilizar estratégias metodológicas ou utilizar recursos diferenciados não significa reduzir conteúdos ou privilegiar determinados estudantes, mas cumprir determinações legais destinadas à promoção da equidade educacional.

4.4 POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Publicada em 2008, essa política representa um dos principais marcos da Educação Inclusiva brasileira. Seu objetivo consiste em garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial nas escolas comuns. Entre seus principais princípios destacam-se:

- acesso à escola regular;
- eliminação das barreiras à aprendizagem;
- oferta do Atendimento Educacional Especializado;
- formação de professores;
- acessibilidade arquitetônica e pedagógica;
- participação da família;
- articulação intersetorial.

A política também estabelece que o Atendimento Educacional Especializado possui caráter complementar e suplementar, jamais substitutivo ao ensino desenvolvido na sala comum. Essa orientação reforça a importância do trabalho colaborativo entre professores da Educação Básica e profissionais do Atendimento Educacional Especializado.

4.5 CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A Convenção da Organização das Nações Unidas, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro com status constitucional, representa um importante avanço na consolidação dos direitos das pessoas com deficiência. Seu artigo 24 estabelece que os Estados devem assegurar sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino, garantindo que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional sob alegação de deficiência.

A Convenção também determina que sejam realizados ajustes razoáveis, adaptações necessárias e oferta de apoio individualizado para favorecer o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes. Esses princípios influenciaram diretamente toda a legislação brasileira produzida posteriormente.

4.6 LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A Lei nº 13.146/2015 consolidou diversos direitos relacionados à educação, acessibilidade e participação social das pessoas com deficiência. No contexto escolar, a legislação estabelece que as instituições de ensino devem assegurar:

- acessibilidade arquitetônica;
- acessibilidade comunicacional;
- acessibilidade pedagógica;
- tecnologias assistivas;
- adaptações razoáveis;
- formação de profissionais;
- eliminação de barreiras atitudinais.

Outro aspecto importante consiste na proibição de cobrança de valores adicionais pelas instituições

privadas para atendimento de estudantes com deficiência, reforçando que a inclusão constitui direito e não benefício.

A Lei Brasileira de Inclusão também introduz o conceito de desenho universal, incentivando a organização de ambientes, materiais e estratégias que possam ser utilizados pelo maior número possível de pessoas, independentemente de suas características individuais.

4.7 A LEGISLAÇÃO E A PRÁTICA DOCENTE

Conhecer a legislação constitui condição indispensável para o exercício profissional dos professores. Entretanto, a pesquisa realizada demonstrou que muitos docentes conhecem apenas parcialmente os dispositivos legais relacionados à Educação Inclusiva. Durante os questionários aplicados nesta investigação, observou-se que diversos professores associavam a legislação apenas à obrigatoriedade da matrícula dos estudantes com deficiência, desconhecendo aspectos relacionados às adaptações curriculares, aos recursos de acessibilidade, ao planejamento colaborativo e às responsabilidades compartilhadas entre escola, família e Atendimento Educacional Especializado.

Essa constatação evidencia que a legislação precisa deixar de ser compreendida como um conjunto de normas burocráticas e passar a orientar efetivamente o planejamento pedagógico. Cada decisão tomada pelo professor em sala de aula — ampliar uma atividade, reorganizar o ambiente, flexibilizar uma avaliação, utilizar recursos ampliados, modificar estratégias metodológicas ou promover atividades colaborativas — representa a concretização prática dos direitos assegurados pela legislação brasileira.

Assim, o conhecimento legal fortalece a autonomia docente, amplia a segurança profissional e contribui para a construção de práticas pedagógicas fundamentadas em princípios científicos e éticos.

4.7.1 Aplicando a legislação no cotidiano escolar

A legislação educacional torna-se efetiva quando orienta as decisões cotidianas dos profissionais da escola. Na prática, isso significa:

- ✓ garantir que o estudante com baixa visão tenha acesso aos mesmos conteúdos trabalhados com a turma;
- ✓ adaptar materiais sempre que necessário;
- ✓ organizar o ambiente físico de forma acessível;
- ✓ utilizar tecnologias assistivas quando indicadas;
- ✓ desenvolver planejamento colaborativo entre professor e Atendimento Educacional Especializado;
- ✓ promover avaliações compatíveis com as necessidades educacionais do estudante;

- ✓ manter diálogo permanente com a família;
- ✓ registrar as adaptações realizadas;
- ✓ eliminar barreiras atitudinais que possam restringir a participação do estudante.

Essas ações não representam iniciativas isoladas do professor, mas a materialização dos princípios estabelecidos pela Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e pela Lei Brasileira de Inclusão.

4.8 O QUE REVELOU ESTA PESQUISA?

Os resultados produzidos durante esta investigação evidenciaram que todos os profissionais participantes reconhecem a importância da legislação para a garantia do direito à educação dos estudantes com baixa visão. Entretanto, verificou-se que o conhecimento acerca desses dispositivos apresenta diferentes níveis de aprofundamento entre os profissionais da escola.

Os professores demonstraram maior familiaridade com os princípios gerais da inclusão escolar do que com as determinações específicas relacionadas à acessibilidade pedagógica, aos ajustes razoáveis e ao Atendimento Educacional Especializado. Os gestores reconheceram que a legislação orienta a organização institucional da escola, porém apontaram dificuldades para transformar todas as determinações legais em ações permanentes, especialmente diante das limitações estruturais e financeiras enfrentadas pelas redes públicas de ensino.

Os profissionais do Atendimento Educacional Especializado destacaram que parte significativa de sua atuação consiste justamente em auxiliar os professores na interpretação prática da legislação, orientando adaptações curriculares, recursos de acessibilidade e estratégias de ensino compatíveis com os direitos assegurados aos estudantes.

Esses resultados demonstram que a legislação, embora imprescindível, não produz inclusão por si só. Sua efetividade depende da apropriação crítica de seus princípios pelos profissionais da educação, da formação continuada, do planejamento colaborativo e da construção de uma cultura escolar comprometida com o direito de todos à aprendizagem. Assim, conhecer a legislação significa compreender que a inclusão escolar não constitui apenas uma obrigação legal, mas um compromisso permanente com a justiça social, a equidade e a valorização da diversidade humana.

5 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM BAIXA VISÃO

Este capítulo tem como objetivo apresentar estratégias pedagógicas fundamentadas em evidências científicas que contribuam para a inclusão, participação e aprendizagem dos estudantes com baixa visão na Educação Básica. As orientações aqui propostas partem do pressuposto de que a aprendizagem não depende exclusivamente da condição visual do estudante, mas, sobretudo, da qualidade das mediações pedagógicas, da organização do ambiente escolar e da adoção de práticas capazes de eliminar barreiras ao acesso ao conhecimento.

As estratégias apresentadas resultam da articulação entre a literatura especializada, as legislações vigentes e os resultados produzidos durante esta pesquisa, constituindo possibilidades concretas de atuação para professores da sala comum, profissionais do Atendimento Educacional Especializado, coordenadores pedagógicos e gestores escolares.

5.1 A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA COMO FUNDAMENTO DA INCLUSÃO

A inclusão escolar exige que o professor ultrapasse práticas homogêneas de ensino e reconheça que diferentes estudantes aprendem de diferentes maneiras. Sob a perspectiva histórico-cultural de Vygotski, a aprendizagem ocorre por meio das interações sociais e das mediações estabelecidas entre o sujeito, o conhecimento e o contexto em que está inserido. Assim, cabe ao professor organizar situações didáticas que favoreçam a participação ativa do estudante com baixa visão, promovendo experiências de aprendizagem que considerem suas potencialidades e necessidades específicas.

Nesse sentido, adaptar estratégias pedagógicas não significa reduzir conteúdos ou simplificar objetivos curriculares, mas reorganizar metodologias, recursos e formas de apresentação das informações para garantir igualdade de oportunidades de aprendizagem.

Os resultados desta pesquisa evidenciaram que os professores que desenvolviam planejamento antecipado das adaptações apresentavam maior segurança durante as aulas e favoreciam maior participação dos estudantes nas atividades propostas. Por outro lado, adaptações realizadas apenas durante a execução da aula tendiam a limitar as possibilidades de exploração dos conteúdos e aumentar a dependência do estudante em relação ao professor.

5.2 PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO INCLUSIVO

O planejamento constitui uma das principais ferramentas para promoção da inclusão escolar. Antes do início de cada unidade de ensino, recomenda-se que o professor reflita sobre alguns aspectos fundamentais:

- O estudante conseguirá visualizar todos os materiais utilizados?
- Será necessário ampliar textos, imagens ou gráficos?
- Existem atividades que dependem exclusivamente da percepção visual?

- Há recursos concretos que possam complementar a explicação?
- O ambiente apresenta iluminação adequada?
- Será necessário reorganizar a disposição dos estudantes na sala?

Esse planejamento prévio reduz improvisações e favorece intervenções pedagógicas mais eficientes.

5.2.1 Estratégias pedagógicas recomendadas

O quadro a seguir apresenta algumas estratégias que podem ser incorporadas ao cotidiano escolar.

Quadro 1 – Estratégias pedagógicas para estudantes com baixa visão

Estratégia	Objetivo	Aplicação prática
Posicionar o estudante próximo ao quadro	Favorecer a visualização das informações	Escolher local com boa iluminação, evitando reflexos e excesso de luminosidade.
Utilizar fontes ampliadas	Facilitar a leitura	Produzir atividades com letras entre 18 e 24 pontos, conforme avaliação individual do estudante.
Empregar alto contraste	Melhorar a percepção visual	Utilizar letras pretas em papel branco fosco ou amarelo-claro; evitar fundos coloridos ou estampados.
Descrever oralmente imagens e gráficos	Garantir acesso às informações visuais	Explicar detalhadamente figuras, mapas, esquemas, fotografias e apresentações.
Disponibilizar material antecipadamente	Favorecer organização e autonomia	Enviar textos e apresentações antes da aula para leitura prévia.
Flexibilizar tempo das atividades	Respeitar o ritmo de aprendizagem	Conceder tempo adicional em atividades, avaliações e produções escritas.
Utilizar recursos concretos	Favorecer aprendizagem significativa	Empregar modelos tridimensionais, objetos manipuláveis, experimentos e materiais táteis.
Organizar atividades colaborativas	Incentivar interação social	Desenvolver trabalhos em grupo estimulando cooperação e participação ativa do estudante.
Utilizar recursos digitais acessíveis	Potencializar o uso do resíduo visual	Empregar computadores, tablets e aplicativos com ampliação de tela e ajuste de contraste.
Revisar constantemente a acessibilidade das atividades	Identificar barreiras antes da aplicação	Avaliar previamente se todos os estudantes conseguirão acessar o conteúdo proposto.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

5.2.2 Adaptação dos materiais didáticos

Grande parte das dificuldades enfrentadas pelos estudantes com baixa visão está relacionada à forma como os materiais são produzidos. Durante a pesquisa observou-se que pequenas modificações nos recursos utilizados durante as aulas produziram impactos significativos na participação dos estudantes. Entre as adaptações mais eficientes destacaram-se:

- ampliação dos textos impressos;
- utilização de fontes sem serifa;
- aumento do espaçamento entre linhas;

- utilização de papel fosco;
- eliminação de excesso de informações visuais;
- aumento do tamanho de tabelas e gráficos;
- impressão colorida com elevado contraste;
- redução da quantidade de informações por página.

Essas adaptações apresentam baixo custo financeiro e podem ser implementadas pela maioria das escolas.

5.2.3 Estratégias durante a explicação dos conteúdos

A atuação do professor durante a aula exerce influência direta sobre o desempenho do estudante com baixa visão. Algumas recomendações importantes incluem:

- verbalizar todas as informações escritas no quadro;
- evitar permanecer à frente da projeção;
- permitir que o estudante se aproxime do material quando necessário;
- utilizar linguagem clara e objetiva;
- conferir frequentemente se o estudante conseguiu acompanhar a atividade;
- estimular perguntas durante a aula;
- oferecer exemplos concretos sempre que possível.

A observação participante realizada nesta pesquisa demonstrou que professores que verbalizavam continuamente suas ações favoreciam significativamente a compreensão dos conteúdos pelos estudantes.

5.2.4 Estratégias para avaliação da aprendizagem

A avaliação também deve respeitar os princípios da educação inclusiva. Avaliar não significa utilizar instrumentos idênticos para todos os estudantes, mas criar condições para que todos demonstrem aquilo que aprenderam. Entre as adaptações recomendadas destacam-se:

- ampliação das provas;
- utilização de provas digitais;
- maior tempo para realização;
- leitura das questões quando necessário;
- utilização de avaliações orais;
- flexibilização dos formatos de resposta;
- redução de estímulos visuais desnecessários.

É importante destacar que essas adaptações não alteram os objetivos de aprendizagem, apenas garantem igualdade de condições para sua demonstração.

5.2.5 A importância da avaliação contínua das estratégias

Nenhuma estratégia pedagógica pode ser considerada definitiva. O que funciona para um estudante pode não apresentar os mesmos resultados para outro. Por esse motivo, recomenda-se que o professor realize avaliações contínuas das adaptações implementadas, observando aspectos como:

- participação nas aulas;
- autonomia durante as atividades;
- desempenho acadêmico;
- interação com colegas;
- utilização dos recursos disponibilizados;
- satisfação do estudante.

Essa avaliação permanente permite reorganizar continuamente o planejamento pedagógico.

5.3 O QUE REVELOU ESTA PESQUISA?

Os resultados obtidos durante esta investigação demonstraram que as estratégias pedagógicas mais eficazes não estavam necessariamente relacionadas à utilização de recursos sofisticados, mas à capacidade dos professores de reorganizar suas práticas a partir das necessidades apresentadas pelos estudantes.

Os questionários revelaram que a maioria dos docentes utilizava ampliação de textos, mudança do posicionamento do estudante na sala e flexibilização das atividades como principais adaptações pedagógicas. Entretanto, poucos professores relataram utilizar planejamento colaborativo sistemático ou tecnologias assistivas de forma regular.

A observação participante confirmou que adaptações simples — como verbalização das informações escritas no quadro, organização da iluminação da sala, descrição oral de imagens e antecipação dos materiais didáticos — produziram impactos positivos sobre a participação e a autonomia dos estudantes.

Os profissionais do Atendimento Educacional Especializado destacaram que o sucesso das adaptações depende menos da complexidade dos recursos utilizados e mais da continuidade das ações desenvolvidas pelos professores da sala comum. Os gestores escolares reforçaram a importância da formação continuada para que essas estratégias sejam incorporadas ao planejamento institucional, enquanto os familiares apontaram que as adaptações percebidas pelos estudantes refletem diretamente em sua motivação, autoestima e interesse pelas atividades escolares.

Esses resultados evidenciam que práticas pedagógicas inclusivas não dependem exclusivamente de investimentos financeiros elevados, mas da construção de uma cultura escolar baseada na colaboração, no planejamento, na acessibilidade e no compromisso permanente com a aprendizagem de todos os estudantes. Dessa forma, as estratégias apresentadas neste capítulo representam possibilidades concretas de intervenção

pedagógica fundamentadas tanto na literatura científica quanto nas evidências produzidas ao longo desta pesquisa.

6 RECURSOS E TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA ESCOLARIZAÇÃO DE ESTUDANTES COM BAIXA VISÃO

Este capítulo tem como objetivo apresentar os principais recursos pedagógicos e tecnologias assistivas que podem ser utilizados para favorecer a participação, a autonomia e a aprendizagem dos estudantes com baixa visão na Educação Básica. Busca-se orientar os profissionais da educação quanto às possibilidades de utilização desses recursos no cotidiano escolar, evidenciando que sua eficácia depende menos da complexidade tecnológica e mais da adequação às necessidades individuais dos estudantes e da intencionalidade pedagógica que orienta sua utilização.

A adoção de tecnologias assistivas não deve ser compreendida como substituição da prática docente, mas como um conjunto de instrumentos capazes de ampliar o acesso ao currículo, reduzir barreiras à aprendizagem e potencializar o desenvolvimento das capacidades funcionais do estudante.

6.1 O QUE SÃO TECNOLOGIAS ASSISTIVAS?

O conceito de Tecnologia Assistiva (TA) refere-se ao conjunto de recursos, equipamentos, serviços, metodologias, estratégias e práticas destinados a promover funcionalidade, autonomia, independência, qualidade de vida e participação social das pessoas com deficiência. No contexto educacional, a Tecnologia Assistiva constitui importante instrumento para garantir acessibilidade pedagógica, permitindo que os estudantes tenham acesso aos conteúdos escolares em condições de maior equidade.

Entretanto, é importante compreender que Tecnologia Assistiva não se restringe aos equipamentos eletrônicos de alto custo. Recursos simples, confeccionados pelo próprio professor ou disponíveis na escola, também podem constituir tecnologias assistivas quando favorecem a participação e a aprendizagem do estudante. Essa compreensão amplia significativamente as possibilidades de intervenção pedagógica, especialmente nas escolas públicas, onde muitas vezes os recursos tecnológicos são limitados.

6.2 RECURSOS ÓPTICOS

Os recursos ópticos são dispositivos prescritos por profissionais especializados com a finalidade de potencializar o aproveitamento do resíduo visual. Entre os recursos mais utilizados destacam-se:

- lupas manuais;
- lupas de apoio;
- lupas eletrônicas;
- telescópios monolulares;
- óculos especiais para leitura;
- filtros ópticos;
- lentes de aumento.

Esses equipamentos auxiliam na leitura, escrita, visualização do quadro, interpretação de mapas, gráficos e demais atividades escolares que dependem da percepção visual. É importante destacar que cabe

aos profissionais da saúde indicar o recurso mais adequado para cada estudante. À escola compete conhecer esses recursos e organizar situações pedagógicas que favoreçam sua utilização durante as atividades escolares.

6.3 RECURSOS NÃO ÓPTICOS

Os recursos não ópticos correspondem às adaptações realizadas no ambiente ou nos materiais didáticos, sem utilização de dispositivos especializados. Durante esta pesquisa verificou-se que esses recursos foram os mais frequentemente utilizados pelos professores, principalmente por apresentarem baixo custo financeiro e elevada aplicabilidade. Entre eles destacam-se:

- ampliação de textos;
- aumento do espaçamento entre linhas;
- utilização de fontes sem serifa;
- impressão em alto contraste;
- uso de papel fosco;
- pranchetas inclinadas;
- organização adequada da iluminação;
- eliminação de reflexos;
- marcadores coloridos;
- cadernos com pauta ampliada;
- lápis de maior contraste;
- organização dos materiais em cores contrastantes.

Embora simples, esses recursos demonstraram grande potencial para reduzir barreiras à aprendizagem observadas no cotidiano escolar.

6.4 RECURSOS DIGITAIS

O avanço das tecnologias digitais ampliou significativamente as possibilidades de inclusão dos estudantes com baixa visão. Computadores, tablets e smartphones passaram a desempenhar importante papel como instrumentos de acessibilidade, principalmente quando utilizados com softwares específicos. Entre os principais recursos destacam-se:

- ampliadores de tela;
- leitores de tela com ampliação simultânea;
- ajuste de contraste;
- inversão de cores;
- controle de brilho;

- zoom digital;
- aplicativos de reconhecimento de texto;
- sintetizadores de voz;
- livros digitais.

Diversos desses recursos encontram-se disponíveis gratuitamente nos próprios sistemas operacionais dos equipamentos, dispensando investimentos adicionais por parte da escola.

6.5 TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NO COTIDIANO ESCOLAR

A escolha do recurso mais adequado deve considerar:

- as características visuais do estudante;
- a atividade pedagógica proposta;
- o ambiente onde será utilizada;
- o nível de autonomia do estudante;
- os objetivos de aprendizagem.

Não existe uma tecnologia assistiva universalmente eficaz. Um mesmo recurso pode apresentar excelentes resultados para determinado estudante e pouca funcionalidade para outro.

Por essa razão, recomenda-se que a seleção das tecnologias assistivas ocorra de forma colaborativa entre professor da sala comum, profissional do Atendimento Educacional Especializado, família e profissionais da área da saúde.

6.6 QUANDO UTILIZAR?

A utilização das tecnologias assistivas deve ocorrer sempre que houver barreiras que impeçam ou dificultem o acesso do estudante ao currículo escolar. De maneira geral, recomenda-se sua utilização nas seguintes situações:

6.6.1 Durante as aulas

- leitura do quadro;
- acompanhamento de apresentações;
- observação de imagens;
- realização de atividades impressas;
- utilização de livros didáticos.

6.6.2 Durante atividades práticas

- experimentos laboratoriais;

- atividades de campo;
- produção artística;
- jogos pedagógicos;
- manipulação de materiais concretos.

6.6.3 Durante avaliações

- provas ampliadas;
- utilização de recursos ópticos;
- equipamentos digitais;
- ampliação eletrônica;
- tempo adicional.

6.6.4 Durante atividades extraclasse

- biblioteca;
- laboratório de informática;
- atividades culturais;
- projetos escolares;
- visitas técnicas.

O uso contínuo desses recursos favorece maior autonomia e reduz significativamente a dependência do estudante em relação ao professor.

6.7 O PAPEL DO PROFESSOR NA UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

Embora a indicação clínica dos recursos seja atribuição dos profissionais da saúde, cabe ao professor integrar essas tecnologias ao planejamento pedagógico. Isso significa:

- conhecer os recursos utilizados pelo estudante;
- permitir seu uso durante todas as atividades;
- adaptar materiais compatíveis com esses recursos;
- incentivar a autonomia;
- evitar superproteção;
- dialogar constantemente com o Atendimento Educacional Especializado.

Mais importante do que possuir equipamentos sofisticados é garantir que eles sejam efetivamente incorporados às situações de aprendizagem.

Quadro 2 – Recursos e Tecnologias Assistivas para estudantes com baixa visão

Recurso	Finalidade	Quando utilizar
Lupa manual	Ampliação de pequenos textos	Leituras rápidas, mapas, gráficos e atividades impressas.
Lupa eletrônica	Ampliação com maior definição	Leitura prolongada, livros didáticos e documentos extensos.
Telescópio monocular	Visualização à distância	Leitura do quadro, apresentações e eventos escolares.
Fonte ampliada	Facilitar a leitura	Todo material impresso destinado ao estudante.
Alto contraste	Melhorar percepção visual	Impressões, apresentações e materiais pedagógicos.
Tablet ou notebook	Ampliação digital	Produção textual, leitura e atividades online.
Aplicativos ampliadores	Ajuste personalizado da visualização	Atividades digitais e leitura de documentos.
Livros digitais	Flexibilizar tamanho das letras	Leitura individual e estudos domiciliares.
Iluminação direcionada	Melhorar conforto visual	Atividades de leitura e escrita.
Recursos concretos	Complementar informações visuais	Ciências, Matemática, Geografia e demais atividades práticas.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

6.8 O QUE REVELOU ESTA PESQUISA?

Os resultados obtidos durante esta investigação evidenciaram que a utilização das tecnologias assistivas ainda ocorre de maneira desigual no contexto escolar. Embora todos os professores reconheçam sua importância para a aprendizagem dos estudantes com baixa visão, observou-se que muitos profissionais desconhecem a diversidade de recursos atualmente disponíveis ou possuem dificuldades para incorporá-los ao planejamento pedagógico.

Os questionários aplicados aos docentes demonstraram que os recursos mais frequentemente utilizados restringem-se à ampliação de textos, posicionamento do estudante próximo ao quadro e utilização de materiais impressos com maior contraste. Em contrapartida, tecnologias digitais, softwares ampliadores de tela e aplicativos de acessibilidade são pouco explorados, principalmente em decorrência da ausência de formação específica e das limitações estruturais das escolas.

Os profissionais do Atendimento Educacional Especializado relataram que grande parte de sua atuação consiste em orientar os professores quanto ao uso pedagógico desses recursos, destacando que sua eficácia depende da integração entre tecnologia, planejamento e metodologia de ensino. Os gestores reconheceram que a ampliação do acesso às tecnologias assistivas representa desafio permanente para as redes públicas de ensino, sobretudo diante das restrições orçamentárias e da necessidade de investimentos contínuos em equipamentos e formação profissional.

Durante a observação participante verificou-se que adaptações consideradas simples, como reorganização da iluminação da sala, utilização de materiais ampliados, descrição oral de imagens e disponibilização antecipada dos conteúdos, produziram impactos pedagógicos tão relevantes quanto alguns

recursos tecnológicos de maior complexidade. Essa constatação evidencia que a tecnologia assistiva não substitui a mediação pedagógica, mas potencializa sua eficácia quando utilizada de maneira planejada e integrada às estratégias de ensino.

As discussões desenvolvidas durante o Café Pedagógico reforçaram esses achados. Os familiares destacaram que os estudantes demonstram maior autonomia quando utilizam recursos compatíveis com suas necessidades visuais e ressaltaram a importância de que esses recursos sejam utilizados de forma contínua, tanto na escola quanto nos demais espaços sociais.

Dessa forma, a principal contribuição desta pesquisa consiste em demonstrar que a efetividade das tecnologias assistivas não está condicionada apenas à disponibilidade de equipamentos especializados, mas à capacidade da escola de incorporá-los ao planejamento pedagógico, articulando recursos, metodologias e práticas docentes em favor da construção de uma educação verdadeiramente inclusiva. A tecnologia, quando compreendida como instrumento de mediação pedagógica, amplia as possibilidades de aprendizagem, fortalece a autonomia dos estudantes e contribui para a eliminação das barreiras que ainda limitam sua plena participação no ambiente escolar.

7 PLANEJAMENTO COLABORATIVO: CONSTRUINDO REDES DE APOIO PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

Este capítulo tem como objetivo discutir a importância do planejamento colaborativo como estratégia fundamental para a efetivação da inclusão escolar de estudantes com baixa visão, evidenciando que a construção de práticas pedagógicas inclusivas depende da atuação integrada entre professores da sala comum, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), equipe gestora, família e demais profissionais que acompanham o estudante. Busca-se demonstrar que a inclusão escolar não é responsabilidade exclusiva de um único profissional, mas resultado de uma ação coletiva, sistemática e continuamente planejada, na qual diferentes saberes e experiências são compartilhados em favor da aprendizagem, da autonomia e do desenvolvimento integral do estudante.

7.1 O PLANEJAMENTO COLABORATIVO COMO PRINCÍPIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A consolidação da Educação Inclusiva pressupõe a superação de modelos de trabalho fragmentados, nos quais cada profissional atua isoladamente diante das necessidades apresentadas pelos estudantes. A literatura contemporânea demonstra que o atendimento às necessidades educacionais específicas exige processos permanentes de colaboração, diálogo e corresponsabilização entre todos os sujeitos envolvidos no processo educativo.

Sob essa perspectiva, o planejamento colaborativo representa uma estratégia de organização pedagógica fundamentada na construção coletiva das ações educativas, permitindo que professores, profissionais especializados, gestores escolares e famílias compartilhem informações, definam objetivos comuns, estabeleçam responsabilidades e acompanhem conjuntamente o desenvolvimento dos estudantes.

Essa concepção aproxima-se da perspectiva histórico-cultural proposta por Vygotski, segundo a qual o desenvolvimento humano resulta das interações sociais e das mediações estabelecidas entre os sujeitos. Da mesma forma, Booth e Ainscow (2011) defendem que escolas inclusivas são aquelas capazes de desenvolver culturas colaborativas, nas quais todos os profissionais assumem responsabilidade compartilhada pela aprendizagem dos estudantes.

Nesse contexto, o planejamento colaborativo deixa de ser compreendido como mera divisão de tarefas e passa a constituir um processo permanente de reflexão sobre a prática pedagógica, construção coletiva de soluções e avaliação contínua das estratégias desenvolvidas.

7.2 O PAPEL DO PROFESSOR DA SALA COMUM

O professor da sala comum ocupa posição central no processo de inclusão escolar, uma vez que é responsável pelo planejamento e desenvolvimento das atividades curriculares vivenciadas diariamente pelos estudantes.

Sua atuação ultrapassa a transmissão dos conteúdos previstos no currículo, envolvendo a organização de situações de aprendizagem acessíveis, a flexibilização das estratégias metodológicas, a

utilização de recursos pedagógicos diversificados e a criação de ambientes favoráveis à participação de todos. No contexto da baixa visão, compete ao professor:

- conhecer as características visuais do estudante;
- identificar possíveis barreiras à aprendizagem;
- adaptar materiais pedagógicos quando necessário;
- organizar o ambiente físico da sala de aula;
- flexibilizar procedimentos avaliativos;
- favorecer a participação nas atividades coletivas;
- dialogar continuamente com o Atendimento Educacional Especializado;
- acompanhar o desenvolvimento do estudante;
- registrar avanços, dificuldades e estratégias utilizadas.

Entretanto, é importante compreender que o professor da sala comum não atua sozinho. Sua prática torna-se mais consistente quando sustentada por uma rede de apoio institucional que possibilite planejamento conjunto, troca de experiências e acompanhamento permanente.

7.3 O PAPEL DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

O Atendimento Educacional Especializado constitui serviço complementar e suplementar ao ensino desenvolvido na sala comum, tendo como finalidade identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade capazes de eliminar barreiras que dificultem a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

No caso dos estudantes com baixa visão, o AEE desenvolve papel estratégico ao orientar os professores quanto às adaptações necessárias, selecionar recursos ópticos e não ópticos, organizar materiais acessíveis, acompanhar a utilização das tecnologias assistivas e favorecer o desenvolvimento da autonomia visual dos estudantes. Entre suas principais atribuições destacam-se:

- avaliação das necessidades educacionais específicas;
- elaboração de recursos pedagógicos adaptados;
- orientação aos professores;
- acompanhamento da utilização das tecnologias assistivas;
- participação no planejamento pedagógico;
- articulação com profissionais da saúde quando necessário;
- acompanhamento da evolução do estudante;
- apoio às famílias.

É importante destacar que o AEE não substitui o ensino desenvolvido pelo professor da sala comum. Ao contrário, sua atuação fortalece esse trabalho por meio da construção compartilhada de estratégias

pedagógicas.

7.4 O PAPEL DA EQUIPE GESTORA

A gestão escolar desempenha função essencial na consolidação da cultura inclusiva da instituição. Cabe à equipe gestora criar condições organizacionais para que o planejamento colaborativo ocorra de maneira permanente, garantindo espaços institucionais destinados ao diálogo entre os diferentes profissionais envolvidos na escolarização dos estudantes. Entre suas responsabilidades destacam-se:

- promover formação continuada;
- organizar horários destinados ao planejamento colaborativo;
- assegurar recursos pedagógicos e tecnologias assistivas;
- acompanhar a implementação das adaptações;
- fortalecer o Projeto Político-Pedagógico na perspectiva inclusiva;
- estimular práticas colaborativas;
- articular parcerias com instituições especializadas;
- acompanhar indicadores relacionados à inclusão escolar.

Uma gestão comprometida com a inclusão compreende que a construção de uma escola acessível depende tanto da aquisição de recursos quanto da valorização dos profissionais e da criação de espaços permanentes de reflexão sobre a prática educativa.

7.5 O PAPEL DA FAMÍLIA

A família constitui parceira indispensável no processo de escolarização dos estudantes com baixa visão. Sua participação amplia significativamente as possibilidades de compreensão das necessidades do estudante, favorecendo a continuidade das estratégias desenvolvidas entre escola e ambiente familiar.

Os familiares possuem conhecimentos construídos ao longo da convivência cotidiana que podem contribuir para o planejamento das ações pedagógicas, especialmente em aspectos relacionados às preferências do estudante, formas de utilização do resíduo visual, recursos utilizados em casa, dificuldades observadas e estratégias que favorecem sua autonomia.

A participação da família pode ocorrer por meio de:

- reuniões pedagógicas;
- planejamento compartilhado;
- acompanhamento das atividades escolares;
- diálogo permanente com professores;
- participação em ações formativas;
- comunicação contínua com o Atendimento Educacional Especializado;

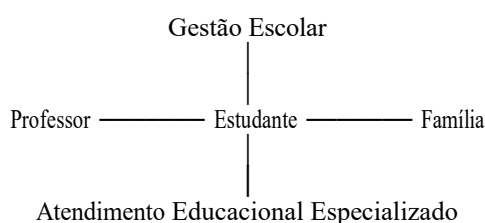
- avaliação conjunta dos avanços obtidos.

A pesquisa demonstrou que famílias que mantêm comunicação frequente com a escola apresentam maior confiança no processo educativo e contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento dos estudantes.

7.6 CONSTRUINDO UMA REDE COLABORATIVA

O planejamento colaborativo somente se concretiza quando todos os profissionais compreendem que possuem responsabilidades compartilhadas na construção da inclusão. A figura a seguir representa essa rede de colaboração.

Figura 1 – Rede colaborativa para inclusão do estudante com baixa visão



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Essa organização evidencia que nenhum dos participantes atua isoladamente. As decisões pedagógicas devem resultar do diálogo permanente entre todos os envolvidos.

Quadro 3 – Responsabilidades dos diferentes atores no planejamento colaborativo

Participante	Principais responsabilidades	Contribuições para a inclusão
Professor da sala comum	Planejar, adaptar atividades, acompanhar aprendizagem e avaliar continuamente o estudante.	Garante acesso ao currículo e participação nas atividades escolares.
Atendimento Educacional Especializado	Orientar adaptações, produzir recursos acessíveis, acompanhar tecnologias assistivas e apoiar os docentes.	Elimina barreiras pedagógicas e fortalece o planejamento inclusivo.
Gestão escolar	Organizar recursos, promover formação, garantir acessibilidade e institucionalizar práticas colaborativas.	Consolida a cultura inclusiva da escola.
Família	Compartilhar informações, acompanhar o estudante e participar das decisões pedagógicas.	Favorece continuidade das estratégias entre escola e ambiente familiar.
Estudante	Expressar necessidades, participar das decisões e utilizar os recursos disponibilizados.	Fortalece autonomia e protagonismo no processo educativo.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

7.7 RECOMENDAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO COLABORATIVO

A experiência desenvolvida durante esta pesquisa permitiu identificar algumas ações que podem fortalecer o planejamento colaborativo nas escolas:

- ✓ realização de reuniões periódicas entre professor e AEE;
- ✓ elaboração conjunta das adaptações curriculares;
- ✓ registro sistemático das estratégias utilizadas;
- ✓ acompanhamento contínuo do desenvolvimento do estudante;
- ✓ participação da família nas decisões pedagógicas;
- ✓ formação continuada envolvendo todos os profissionais;
- ✓ avaliação periódica da eficácia das adaptações implementadas;
- ✓ compartilhamento de experiências entre os professores;
- ✓ institucionalização do planejamento colaborativo no Projeto Político-Pedagógico.

Essas ações favorecem maior continuidade das práticas inclusivas e reduzem a dependência de iniciativas individuais.

7.8 O QUE REVELOU ESTA PESQUISA?

Os resultados desta investigação demonstraram que o planejamento colaborativo constitui um dos fatores mais relevantes para a efetivação da inclusão escolar dos estudantes com baixa visão. Os questionários aplicados aos professores revelaram que, embora exista diálogo frequente com os profissionais do Atendimento Educacional Especializado, a maioria dessas interações ocorre de maneira informal, geralmente para solucionar dificuldades específicas surgidas durante o desenvolvimento das aulas. Apenas parte dos docentes relatou participar de momentos sistemáticos de planejamento conjunto, indicando que ainda há necessidade de institucionalizar espaços permanentes destinados à construção coletiva das práticas pedagógicas.

Os profissionais do Atendimento Educacional Especializado reconheceram que sua atuação ultrapassa a produção de materiais adaptados, envolvendo principalmente processos de orientação pedagógica, acompanhamento dos professores e mediação entre escola, estudante e família. Entretanto, ressaltaram que a inexistência de horários específicos para o planejamento colaborativo limita a continuidade das ações e dificulta o acompanhamento sistemático das adaptações implementadas.

Os gestores escolares destacaram que a consolidação da cultura inclusiva depende diretamente da criação de condições institucionais que favoreçam o trabalho colaborativo, reconhecendo que a organização dos tempos escolares, a formação continuada e o fortalecimento da comunicação entre os diferentes profissionais representam desafios permanentes para a gestão.

As contribuições dos familiares reforçaram essa compreensão ao evidenciarem que a comunicação contínua entre escola e família favorece maior segurança no acompanhamento da aprendizagem e possibilita intervenções mais coerentes entre os diferentes contextos vivenciados pelo estudante. Da mesma forma, a observação participante revelou que os melhores resultados pedagógicos foram observados nas situações em que professores, Atendimento Educacional Especializado e equipe gestora atuavam de forma articulada, compartilhando responsabilidades, avaliando conjuntamente os avanços dos estudantes e reorganizando continuamente suas estratégias de intervenção.

Esses resultados permitem concluir que o planejamento colaborativo não deve ser compreendido como uma atividade complementar ou eventual, mas como princípio estruturante da Educação Inclusiva. Quando institucionalizado como prática permanente, fortalece a atuação docente, amplia a eficácia das adaptações pedagógicas, favorece a participação da família e contribui para a construção de uma escola comprometida com a aprendizagem, a equidade e o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

8 INSTRUMENTOS PRÁTICOS PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM BAIXA VISÃO

A consolidação de uma educação inclusiva exige que os conhecimentos científicos produzidos sobre a deficiência visual sejam convertidos em instrumentos capazes de subsidiar a prática cotidiana dos profissionais da educação. Embora a legislação brasileira assegure o direito à escolarização dos estudantes com deficiência na escola comum, a efetivação desse direito depende da capacidade das instituições escolares de organizar processos pedagógicos acessíveis, colaborativos e sistematicamente planejados.

Ao longo desta pesquisa, professores, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), gestores escolares, estudantes e familiares destacaram que um dos principais desafios da inclusão escolar não está relacionado apenas ao conhecimento teórico sobre a baixa visão, mas à dificuldade de transformar esse conhecimento em ações concretas no cotidiano da escola. Os resultados evidenciaram que muitos profissionais reconhecem as necessidades dos estudantes, porém manifestam insegurança quanto à organização do planejamento, à seleção das adaptações pedagógicas e ao acompanhamento sistemático das intervenções realizadas.

Diante desse cenário, este capítulo reúne instrumentos práticos elaborados a partir das evidências produzidas nesta investigação, objetivando apoiar o planejamento pedagógico, a tomada de decisões e o acompanhamento do processo de inclusão escolar dos estudantes com baixa visão. Os instrumentos apresentados não possuem caráter prescritivo ou normativo; ao contrário, constituem referenciais flexíveis que poderão ser adaptados às características de cada estudante, às especificidades da escola e às demandas identificadas pelos profissionais.

Os materiais foram estruturados considerando os principais desafios identificados durante a pesquisa de campo e fundamentam-se nos princípios da Educação Inclusiva, do Desenho Universal para a Aprendizagem, da aprendizagem mediada e do trabalho colaborativo.

8.1 CHECKLIST PARA AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA

Antes do início de cada unidade de ensino, recomenda-se que o professor realize uma análise das condições de acessibilidade da sala de aula.

Quadro 4 – Checklist para organização das práticas pedagógicas

Aspecto	Sim	Parcialmente	Não
O estudante consegue visualizar adequadamente o quadro?	☐	☐	☐
A posição do estudante favorece sua visão?	☐	☐	☐
Existe iluminação adequada na sala?	☐	☐	☐
Há reflexos que dificultam a leitura?	☐	☐	☐
Os materiais impressos foram ampliados quando necessário?	☐	☐	☐
As imagens possuem contraste suficiente?	☐	☐	☐
O professor verbaliza todas as informações escritas?	☐	☐	☐
As avaliações foram adaptadas?	☐	☐	☐
O estudante possui acesso aos recursos ópticos e tecnológicos?	☐	☐	☐
Existe diálogo permanente com o AEE?	☐	☐	☐
A família acompanha o processo pedagógico?	☐	☐	☐

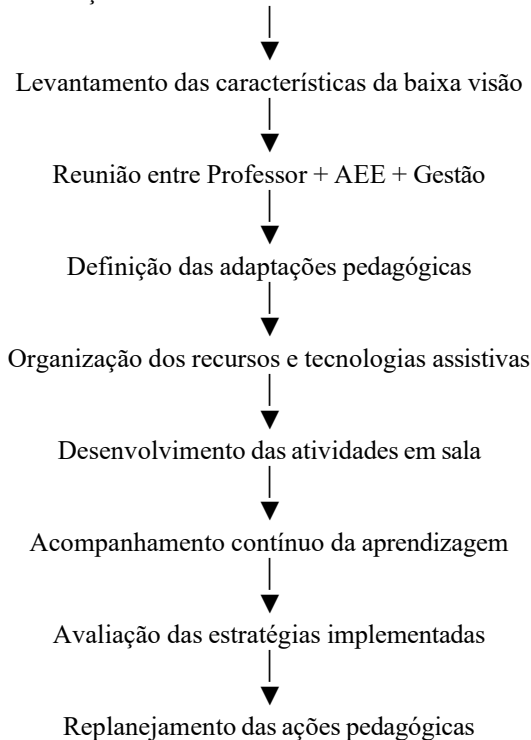
Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Este checklist deve ser utilizado periodicamente, permitindo que o professor monitore continuamente as condições de acessibilidade disponibilizadas ao estudante.

8.2 FLUXOGRAMA PARA ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO PEDAGÓGICO

O planejamento das ações inclusivas pode ser organizado conforme o fluxo apresentado a seguir.

IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES EDUCACIONAIS



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Esse fluxo reforça que o atendimento ao estudante deve constituir um processo contínuo, dinâmico e colaborativo.

8.3 MODELO DE PLANO PEDAGÓGICO COLABORATIVO

A pesquisa demonstrou que o planejamento conjunto entre professor da sala comum e Atendimento Educacional Especializado representa um dos principais fatores associados ao sucesso das práticas inclusivas. Sugere-se a utilização do seguinte modelo.

Quadro 5 – Plano Colaborativo

Nome do estudante:	
Ano/Série:	
Professor da Sala Comum:	
Professor do AEE:	
Data da reunião:	
Características da baixa visão:	
Potencialidades observadas:	
Principais dificuldades identificadas:	
Objetivos pedagógicos:	
Adaptações curriculares previstas:	
Recursos pedagógicos:	
Tecnologias assistivas:	
Responsabilidades	
Professor da Sala Comum:	
Professor do AEE:	
Gestão Escolar:	
Família:	
Avaliação das ações:	
Data para reavaliação:	

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

8.4 ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO PEDAGÓGICA DO ESTUDANTE

A observação sistemática permite compreender como o estudante interage com os diferentes ambientes escolares e identificar possíveis barreiras à aprendizagem.

Quadro 6 – Roteiro de Observação

Aspecto observado	Observações
Participação nas aulas	
Leitura do quadro	
Utilização dos materiais impressos	
Utilização das tecnologias assistivas	
Interação com colegas	
Comunicação com professores	
Autonomia durante as atividades	
Dificuldades identificadas	
Estratégias utilizadas pelo professor	
Sugestões para intervenção	

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Esse roteiro pode ser utilizado tanto pelo professor quanto pelo profissional do Atendimento Educacional Especializado durante o acompanhamento do estudante.

8.5 SUGESTÕES DE ADAPTAÇÕES PEDAGÓGICAS

As adaptações pedagógicas devem considerar as características individuais do estudante e os objetivos de aprendizagem previstos para cada atividade.

Quadro 7 – Sugestões de adaptação

Situação	Adaptação recomendada
Texto muito pequeno	Ampliar fonte entre 18 e 24 pontos.
Baixo contraste	Utilizar letras pretas em fundo branco ou amarelo-claro.
Leitura prolongada	Disponibilizar versão digital com ampliação.
Visualização do quadro	Posicionar o estudante em local estratégico e verbalizar as informações.
Interpretação de imagens	Realizar descrição oral detalhada.
Gráficos e tabelas	Ampliar figuras e simplificar elementos visuais.
Avaliações	Conceder tempo adicional e utilizar provas ampliadas.
Atividades experimentais	Utilizar materiais concretos e mediação individual quando necessário.
Recursos digitais	Ajustar brilho, contraste e ampliação da tela.
Organização da sala	Evitar obstáculos, garantir boa iluminação e reduzir reflexos.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

8.6 INSTRUMENTOS PARA ACOMPANHAMENTO DA APRENDIZAGEM

A inclusão exige monitoramento contínuo do desenvolvimento do estudante. Sugere-se que o professor registre periodicamente:

- avanços observados;
- dificuldades persistentes;
- recursos utilizados;
- adaptações realizadas;
- participação nas atividades;
- autonomia;
- interação social;
- avaliação da eficácia das estratégias implementadas.

Esses registros permitem replanejar continuamente o trabalho pedagógico e fundamentar as decisões tomadas pela equipe escolar.

8.7 O QUE REVELOU ESTA PESQUISA?

A elaboração dos instrumentos apresentados neste capítulo decorre diretamente das evidências produzidas durante esta investigação. Os resultados demonstraram que professores, profissionais do Atendimento Educacional Especializado e gestores reconhecem a importância das adaptações pedagógicas, porém relatam dificuldades para sistematizar procedimentos, registrar intervenções e acompanhar a evolução dos estudantes ao longo do ano letivo. Observou-se que muitas ações inclusivas permanecem dependentes da experiência individual dos docentes, dificultando a continuidade das práticas quando ocorre mudança de profissionais ou reorganização das equipes escolares.

A análise dos questionários evidenciou que a ausência de instrumentos padronizados para planejamento colaborativo, avaliação da acessibilidade e acompanhamento pedagógico limita a consolidação de uma cultura institucional voltada à inclusão. Os profissionais do Atendimento Educacional Especializado destacaram que parte significativa de seu trabalho consiste em orientar continuamente os professores sobre adaptações e recursos, indicando que materiais estruturados podem favorecer maior autonomia docente e fortalecer o diálogo entre os diferentes profissionais.

As observações realizadas no cotidiano escolar confirmaram que professores que registravam sistematicamente as adaptações implementadas apresentavam maior capacidade de avaliar sua eficácia e reorganizar o planejamento pedagógico. Da mesma forma, o Café Pedagógico evidenciou que os familiares valorizam processos de acompanhamento contínuo e consideram essencial que escola e família compartilhem informações sobre o desenvolvimento do estudante.

Assim, os instrumentos apresentados neste capítulo constituem uma síntese aplicada dos conhecimentos produzidos nesta pesquisa. Mais do que formulários ou modelos administrativos, representam ferramentas de mediação pedagógica destinadas a favorecer o planejamento colaborativo, a reflexão sobre a prática docente e a consolidação de processos de inclusão escolar fundamentados em evidências científicas, contribuindo para que as adaptações pedagógicas deixem de ser iniciativas pontuais e passem a integrar a cultura institucional da escola.

9 APLICAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Concluída a elaboração do **Guia Prático para a Inclusão Escolar de Estudantes com Baixa Visão: Estratégias Pedagógicas, Acessibilidade e Práticas Inclusivas**, procedeu-se à etapa de aplicação e validação do produto educacional, compreendida como momento fundamental para verificar sua pertinência, aplicabilidade e potencial de utilização no contexto escolar. Em consonância com os pressupostos dos Programas de Mestrado Profissional, a validação não se restringiu à avaliação estética ou estrutural do material, mas buscou analisar sua capacidade de responder às demandas identificadas durante a investigação, bem como sua contribuição para o fortalecimento das práticas inclusivas desenvolvidas pelos profissionais da Educação Básica.

A validação ocorreu na própria instituição participante da pesquisa, em um encontro formativo organizado especificamente para apresentação do produto educacional aos profissionais diretamente envolvidos no processo de inclusão escolar dos estudantes com baixa visão. O encontro foi realizado em ambiente coletivo, com duração aproximada de três horas, sendo estruturado em quatro momentos complementares: apresentação dos principais resultados da pesquisa; exposição da proposta do guia; análise coletiva do material pelos participantes; e avaliação do produto educacional.

A opção por realizar uma validação participativa fundamentou-se na compreensão de que os professores, profissionais do Atendimento Educacional Especializado e gestores escolares constituem os principais usuários do produto educacional e, portanto, possuem condições privilegiadas para avaliar sua aplicabilidade no cotidiano escolar. Essa perspectiva aproxima-se da pesquisa colaborativa, na qual os sujeitos investigados deixam de ocupar posição exclusivamente informativa e passam a participar ativamente da construção e aperfeiçoamento dos produtos decorrentes da investigação científica.

Participaram da etapa de validação os profissionais que atuavam diretamente na escolarização dos estudantes com baixa visão acompanhados durante a pesquisa, conforme apresentado no Quadro 8.

Quadro 8 – Participantes da validação do produto educacional

Participantes	Quantidade
Professores da sala comum	10
Profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE)	2
Gestores escolares	2
Total	14

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Durante o primeiro momento do encontro, foram retomados os principais resultados obtidos ao longo da investigação. Apresentaram-se, de forma sintética, as evidências produzidas pela análise documental, pelos questionários semiestruturados, pela observação participante e pelo Café Pedagógico

com os familiares, destacando-se as principais demandas identificadas no contexto escolar. Essa retomada teve como finalidade demonstrar que o produto educacional não foi elaborado de maneira desvinculada da pesquisa, mas construído diretamente a partir das necessidades evidenciadas pelos participantes e fundamentado nos referenciais científicos discutidos ao longo da dissertação.

Na sequência, procedeu-se à apresentação detalhada do guia. Inicialmente foram discutidos seus objetivos, público-alvo, organização estrutural e fundamentos teóricos. Posteriormente, cada capítulo foi apresentado individualmente, enfatizando a articulação entre os conteúdos propostos e as categorias analíticas emergentes da investigação. Os participantes puderam conhecer as seções destinadas à compreensão da baixa visão, aos fundamentos legais da Educação Inclusiva, às estratégias pedagógicas, às tecnologias assistivas, ao planejamento colaborativo e aos instrumentos práticos de apoio ao trabalho docente.

Especial atenção foi dedicada aos recursos didáticos incorporados ao produto, tais como quadros explicativos, checklists, fluxogramas, modelos de planejamento colaborativo, roteiros de observação, sugestões de adaptações pedagógicas e orientações para utilização de tecnologias assistivas. Esses elementos foram apresentados como instrumentos destinados a facilitar a transposição do conhecimento científico para o cotidiano escolar, favorecendo sua utilização por professores de diferentes áreas do conhecimento.

Após a apresentação do material, iniciou-se um momento de análise coletiva, no qual os participantes receberam uma versão preliminar do guia para leitura, exploração e discussão. Cada profissional foi convidado a analisar aspectos relacionados à clareza da linguagem, organização dos conteúdos, pertinência das orientações pedagógicas, aplicabilidade das propostas apresentadas e potencial de utilização do material em sua prática profissional. As discussões ocorreram em formato de roda de conversa, favorecendo a troca de experiências entre professores, profissionais do Atendimento Educacional Especializado e gestores escolares.

As contribuições apresentadas durante esse momento evidenciaram elevado grau de concordância quanto à relevância do produto educacional. Os professores destacaram que o guia organiza, de maneira sistemática, informações que normalmente se encontram dispersas em diferentes documentos e publicações, possibilitando acesso rápido a orientações práticas para o atendimento dos estudantes com baixa visão. Também ressaltaram que os exemplos apresentados aproximam o material da realidade vivenciada nas escolas, favorecendo sua utilização durante o planejamento das atividades pedagógicas.

Os profissionais do Atendimento Educacional Especializado enfatizaram que o guia poderá constituir importante instrumento de apoio ao processo de formação continuada dos docentes, especialmente daqueles que iniciam sua atuação junto a estudantes com deficiência visual. Segundo esses participantes, a organização dos conteúdos facilita o diálogo entre professores da sala comum e

profissionais especializados, fortalecendo o planejamento colaborativo e reduzindo dúvidas frequentemente observadas durante o acompanhamento pedagógico.

Os gestores escolares reconheceram que o produto educacional apresenta potencial para subsidiar ações institucionais voltadas à consolidação da cultura inclusiva, podendo ser utilizado em reuniões pedagógicas, jornadas de formação, planejamento escolar e processos de acolhimento de novos profissionais. Também destacaram que o material contribui para aproximar as determinações presentes na legislação educacional das práticas efetivamente desenvolvidas pela escola.

Além da discussão coletiva, os participantes foram convidados a realizar uma apreciação qualitativa do produto, considerando critérios relacionados à organização, clareza, fundamentação científica, aplicabilidade, relevância para a prática docente e potencial de utilização em processos de formação continuada. De maneira geral, as avaliações indicaram elevada aceitação do material, destacando-se principalmente a linguagem acessível, a objetividade das orientações, a articulação entre teoria e prática e a presença de instrumentos que facilitam o planejamento das ações inclusivas.

As sugestões apresentadas pelos participantes concentraram-se principalmente na ampliação de exemplos práticos, na inclusão de novos modelos de adaptação de atividades, na inserção de indicações de aplicativos gratuitos voltados à acessibilidade e no fortalecimento da seção destinada às tecnologias assistivas. Também foi sugerida a elaboração de uma versão digital interativa, contendo hiperlinks para vídeos, documentos oficiais e materiais complementares, ampliando as possibilidades de utilização do guia em processos de formação docente.

Todas as contribuições consideradas pertinentes foram analisadas pela pesquisadora e incorporadas à versão final do produto educacional. Esse procedimento permitiu aperfeiçoar sua estrutura, reorganizar alguns conteúdos, ampliar exemplos apresentados ao longo do material e incluir novas orientações sugeridas pelos próprios profissionais participantes da pesquisa. Assim, o processo de validação assumiu caráter formativo e colaborativo, permitindo que o produto fosse aperfeiçoado a partir das experiências concretas daqueles que atuarão diretamente com sua utilização.

A validação realizada também permitiu confirmar a coerência entre os resultados produzidos pela investigação e os conteúdos apresentados no guia. Observou-se que as principais dificuldades identificadas durante a pesquisa — relacionadas à compreensão da baixa visão, às adaptações pedagógicas, ao uso das tecnologias assistivas, ao planejamento colaborativo e à articulação entre os diferentes profissionais — encontram-se contempladas nas orientações propostas pelo produto educacional. Essa correspondência reforça seu caráter científico e evidencia que sua elaboração decorreu diretamente das evidências produzidas durante a investigação.

Dessa forma, considera-se que o processo de aplicação e validação atingiu seus objetivos, demonstrando que o **Guia Prático para a Inclusão Escolar de Estudantes com Baixa Visão: Estratégias**

Pedagógicas, Acessibilidade e Práticas Inclusivas apresenta potencial para subsidiar a formação continuada de professores, fortalecer o planejamento colaborativo, apoiar a atuação do Atendimento Educacional Especializado e contribuir para a consolidação de práticas pedagógicas fundamentadas na acessibilidade, na equidade e na inclusão escolar. Mais do que um material de consulta, o produto educacional configura-se como instrumento de intervenção pedagógica construído a partir das evidências produzidas nesta pesquisa, reafirmando o compromisso do Mestrado Profissional com a produção de conhecimentos aplicados, socialmente relevantes e capazes de promover transformações concretas na realidade educacional.

10 POTENCIALIDADES E CONTRIBUIÇÕES DO PRODUTO EDUCACIONAL

A elaboração do **Guia Prático para a Inclusão Escolar de Estudantes com Baixa Visão: Estratégias Pedagógicas, Acessibilidade e Práticas Inclusivas** representa mais do que a produção de um material de apoio pedagógico. Constitui, sobretudo, a materialização do conhecimento científico produzido ao longo desta investigação, configurando-se como uma estratégia de transferência do conhecimento da universidade para a escola e reafirmando um dos principais compromissos dos Programas de Mestrado Profissional: produzir soluções educacionais fundamentadas em evidências científicas e capazes de promover transformações concretas nos contextos de atuação profissional.

Ao longo desta pesquisa foi possível constatar que a inclusão escolar de estudantes com baixa visão não depende exclusivamente da existência de legislações específicas ou da disponibilização de recursos materiais. Os dados produzidos evidenciaram que os maiores desafios concentram-se na formação dos profissionais da educação, na organização do planejamento pedagógico, na articulação entre os diferentes atores envolvidos no processo educativo e na dificuldade de transpor o conhecimento científico produzido pela área da Educação Especial para o cotidiano das salas de aula. Nesse sentido, o produto educacional foi concebido justamente para reduzir essa distância entre produção científica e prática pedagógica, organizando informações, sistematizando estratégias e disponibilizando instrumentos capazes de subsidiar a tomada de decisões pelos profissionais da educação.

Uma das principais potencialidades do guia reside em sua contribuição para os processos de **formação continuada de professores**. Embora os cursos de formação inicial abordem conteúdos relacionados à Educação Inclusiva, os resultados desta pesquisa demonstraram que muitos docentes ainda se sentem inseguros para atuar junto a estudantes com baixa visão, sobretudo em relação às adaptações curriculares, ao uso de tecnologias assistivas e à organização de práticas pedagógicas acessíveis. O guia apresenta-se, portanto, como um recurso formativo que pode ser utilizado tanto individualmente quanto em ações coletivas de desenvolvimento profissional, oferecendo fundamentação teórica atualizada e orientações práticas construídas a partir das demandas reais identificadas no contexto escolar.

Outro aspecto relevante refere-se à capacidade do produto de **aproximar teoria e prática**, superando uma das principais lacunas identificadas durante a investigação. Frequentemente, os conhecimentos produzidos nas universidades permanecem restritos ao meio acadêmico, expressos em linguagem altamente especializada e de difícil incorporação pelos profissionais da Educação Básica. Em contrapartida, os professores desenvolvem soluções práticas baseadas na experiência cotidiana, nem sempre sustentadas por referenciais científicos consolidados. O guia procura estabelecer um diálogo entre esses dois universos, traduzindo conceitos científicos em orientações pedagógicas acessíveis, sem perder o rigor teórico que fundamenta sua elaboração. Essa aproximação fortalece a prática docente ao mesmo tempo em que amplia a circulação social do conhecimento científico produzido pela pesquisa.

A investigação também evidenciou que a efetivação da inclusão escolar depende da construção de

uma **cultura institucional colaborativa**, na qual professores da sala comum, profissionais do Atendimento Educacional Especializado, gestores escolares e famílias compartilhem responsabilidades e construam coletivamente estratégias de intervenção. Nesse contexto, outra importante contribuição do produto educacional consiste em fortalecer o planejamento colaborativo como princípio organizador das práticas inclusivas. Ao disponibilizar modelos de planos colaborativos, fluxogramas de atendimento, roteiros de observação e instrumentos de acompanhamento pedagógico, o guia favorece a institucionalização de práticas de trabalho coletivo, reduzindo a fragmentação das ações desenvolvidas pelos diferentes profissionais da escola.

Do ponto de vista pedagógico, o material também contribui para a consolidação dos princípios do **Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)** e da acessibilidade educacional. Em vez de restringir-se à apresentação de adaptações destinadas exclusivamente aos estudantes com baixa visão, o guia incentiva a construção de estratégias capazes de beneficiar toda a turma, promovendo ambientes de aprendizagem mais flexíveis, acessíveis e responsivos à diversidade presente nas escolas. Essa perspectiva amplia o alcance do produto, aproximando-o das discussões contemporâneas sobre educação inclusiva e equidade educacional.

Os resultados da pesquisa permitiram identificar que muitos professores realizam adaptações pedagógicas de forma intuitiva, apoiando-se predominantemente em suas experiências profissionais e nas orientações pontuais fornecidas pelos profissionais do Atendimento Educacional Especializado. Embora essas iniciativas revelem elevado comprometimento dos docentes, elas também demonstram a necessidade de maior sistematização das práticas inclusivas. Nesse sentido, o guia contribui para a construção de uma base comum de conhecimentos, oferecendo parâmetros que podem orientar o planejamento, a implementação e a avaliação das intervenções pedagógicas desenvolvidas nas escolas.

Outra potencialidade do produto refere-se ao seu potencial de **subsidiar políticas públicas de formação docente e educação inclusiva**. Por apresentar linguagem acessível, fundamentação científica e organização didática, o material pode ser incorporado a programas de formação continuada promovidos por Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, centros de formação de professores, núcleos de Educação Especial e instituições de ensino superior. Sua utilização em cursos, oficinas, jornadas pedagógicas e programas institucionais pode contribuir para ampliar o alcance social dos conhecimentos produzidos nesta pesquisa, fortalecendo políticas voltadas à qualificação da educação inclusiva.

O guia também apresenta elevado potencial de **replicabilidade**, uma característica particularmente valorizada nos produtos educacionais oriundos de programas de Mestrado Profissional. Embora tenha sido desenvolvido a partir da realidade investigada nesta pesquisa, seus conteúdos fundamentam-se em princípios gerais da Educação Inclusiva, na legislação brasileira vigente e em referenciais científicos consolidados, permitindo sua adaptação para diferentes redes de ensino, níveis de escolarização e contextos

institucionais. Essa possibilidade amplia significativamente seu impacto social, favorecendo sua utilização em escolas urbanas e rurais, instituições públicas e privadas e diferentes sistemas educacionais.

Outro aspecto que merece destaque refere-se ao fortalecimento da relação entre **escola, família e comunidade**. A pesquisa evidenciou que os familiares desejam participar mais ativamente do processo educativo, porém muitas vezes desconhecem as estratégias desenvolvidas pela escola ou encontram dificuldades para estabelecer canais permanentes de comunicação com os profissionais. Ao incorporar orientações específicas sobre essa parceria, o guia contribui para ampliar o diálogo entre os diferentes atores envolvidos na escolarização dos estudantes, fortalecendo redes de apoio fundamentais para o sucesso das práticas inclusivas.

Sob a perspectiva científica, o produto educacional também representa uma contribuição para a área da Educação Especial ao demonstrar que a produção de materiais pedagógicos deve estar diretamente vinculada aos resultados das pesquisas empíricas. Em vez de apresentar recomendações genéricas, o guia organiza suas orientações a partir das evidências produzidas ao longo da investigação, conferindo-lhe maior consistência metodológica e maior potencial de aplicabilidade. Essa característica reforça sua credibilidade e evidencia que sua elaboração não decorreu exclusivamente da revisão da literatura, mas da articulação entre teoria, pesquisa de campo e análise crítica da realidade escolar.

Além disso, o produto possui potencial para estimular processos permanentes de reflexão sobre a prática docente. Os instrumentos apresentados — como checklists, roteiros de observação, planos colaborativos e quadros de adaptação pedagógica — foram concebidos não apenas como formulários operacionais, mas como dispositivos de reflexão que favorecem a análise crítica das práticas educativas e incentivam processos contínuos de avaliação e replanejamento. Dessa forma, o guia contribui para a construção de uma cultura profissional baseada na investigação da própria prática, aspecto amplamente reconhecido pela literatura como elemento essencial para o desenvolvimento profissional docente.

Finalmente, destaca-se que a principal contribuição deste produto educacional reside em sua capacidade de transformar os conhecimentos produzidos por esta pesquisa em ações concretas capazes de impactar o cotidiano escolar. Ao sistematizar evidências científicas, organizar estratégias pedagógicas, disponibilizar instrumentos de apoio ao planejamento e fortalecer o trabalho colaborativo, o guia reafirma o compromisso do Mestrado Profissional com a produção de conhecimentos socialmente relevantes e pedagogicamente aplicáveis. Mais do que um material de consulta, configura-se como um instrumento de intervenção educativa que favorece a democratização do acesso ao conhecimento, a eliminação de barreiras à aprendizagem e a construção de uma escola efetivamente inclusiva, comprometida com o direito de todos os estudantes à educação de qualidade.

11 LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Todo produto educacional, por mais abrangente que seja sua proposta, apresenta limites decorrentes do contexto em que foi concebido, das características da pesquisa que o originou e dos objetivos definidos para sua elaboração. Reconhecer essas limitações não reduz sua relevância científica; ao contrário, evidencia o rigor metodológico da investigação e amplia as possibilidades de aperfeiçoamento, atualização e expansão do material em futuras pesquisas e intervenções educacionais. Nessa perspectiva, o presente guia deve ser compreendido como um instrumento dinâmico, aberto à incorporação de novos conhecimentos científicos, às transformações das políticas públicas e às demandas emergentes da Educação Inclusiva.

A primeira limitação refere-se ao fato de que o produto educacional foi desenvolvido especificamente para subsidiar a inclusão escolar de **estudantes com baixa visão**, tomando como referência os resultados produzidos nesta investigação. Embora muitos dos princípios pedagógicos apresentados sejam aplicáveis a diferentes públicos da Educação Especial, as orientações, exemplos, estratégias metodológicas, recursos de acessibilidade e instrumentos de planejamento foram organizados considerando as especificidades funcionais e educacionais dessa condição visual. Dessa forma, sua utilização junto a estudantes com outras deficiências sensoriais, intelectuais, físicas ou transtornos do neurodesenvolvimento exige adaptações que considerem as particularidades de cada público.

Outra limitação decorre do contexto empírico da pesquisa. O guia foi elaborado a partir das evidências produzidas em escolas participantes deste estudo, refletindo características organizacionais, pedagógicas e institucionais específicas da realidade investigada. Ainda que seus fundamentos estejam apoiados na legislação brasileira e em referenciais científicos amplamente reconhecidos, é possível que determinadas orientações necessitem de adequações quando aplicadas em redes de ensino com diferentes condições estruturais, políticas de inclusão, disponibilidade de recursos tecnológicos ou modelos de organização do Atendimento Educacional Especializado. Assim, recomenda-se que sua utilização considere sempre o contexto institucional em que será implementado.

Também se reconhece que o campo da Educação Inclusiva encontra-se em permanente evolução. Novas pesquisas, recursos tecnológicos, metodologias de ensino e dispositivos de acessibilidade são continuamente desenvolvidos, modificando as possibilidades de intervenção pedagógica junto aos estudantes com deficiência visual. Nesse sentido, este guia representa uma produção situada historicamente, fundamentada nos conhecimentos científicos disponíveis no momento de sua elaboração. Consequentemente, sua atualização periódica torna-se necessária para incorporar avanços científicos, novas legislações, tecnologias assistivas emergentes e experiências exitosas produzidas por pesquisadores e profissionais da educação.

Apesar dessas limitações, o produto educacional apresenta amplo potencial de expansão e aperfeiçoamento. Uma primeira possibilidade consiste na elaboração de **novas edições revisadas e**

ampliadas, incorporando contribuições provenientes da utilização do guia por professores, gestores, profissionais do Atendimento Educacional Especializado e pesquisadores. O feedback obtido em diferentes contextos educacionais poderá subsidiar a inclusão de novos capítulos, exemplos práticos, estudos de caso, propostas de intervenção e recursos pedagógicos, tornando o material cada vez mais representativo das necessidades vivenciadas pelas escolas.

Outra perspectiva de ampliação refere-se à adaptação do guia para outros públicos da Educação Especial. A estrutura construída nesta pesquisa poderá servir como referência para o desenvolvimento de materiais específicos destinados à inclusão de estudantes com cegueira, surdez, deficiência intelectual, transtorno do espectro autista, deficiência física e altas habilidades/superdotação. Dessa forma, o presente produto poderá integrar uma coleção de materiais formativos voltados à promoção da educação inclusiva, contribuindo para a qualificação do trabalho docente em diferentes áreas da Educação Especial.

O guia também apresenta potencial para ser convertido em **plataforma digital interativa**, ampliando significativamente seu alcance e suas possibilidades de utilização. Em formato eletrônico, poderão ser incorporados recursos multimídia, como vídeos demonstrativos, infográficos animados, podcasts, hiperlinks para documentos oficiais, bibliotecas digitais, bancos de atividades adaptadas, tutoriais sobre tecnologias assistivas e espaços colaborativos destinados ao compartilhamento de experiências entre professores. Essa transformação favorecerá processos permanentes de atualização do conteúdo e ampliaria o acesso de profissionais de diferentes regiões do país.

Outra possibilidade consiste na transformação do material em **curso de formação continuada**, estruturado em módulos temáticos destinados a professores da Educação Básica, profissionais do Atendimento Educacional Especializado, gestores escolares e equipes multiprofissionais. Cada capítulo do guia poderá constituir um eixo formativo específico, articulando conteúdos teóricos, estudos de caso, atividades práticas, fóruns de discussão e avaliação das aprendizagens. Essa proposta encontra respaldo nos resultados da pesquisa, que evidenciaram a formação continuada como uma das principais demandas apresentadas pelos participantes para o fortalecimento das práticas inclusivas.

Da mesma forma, o produto poderá subsidiar **programas institucionais de formação docente**, sendo utilizado em jornadas pedagógicas, encontros de planejamento, cursos promovidos por Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, centros de formação de professores e instituições de ensino superior. Sua utilização coletiva favorece a construção de referenciais comuns entre os profissionais da escola, fortalecendo o planejamento colaborativo e contribuindo para a consolidação de uma cultura institucional comprometida com a inclusão.

Sob a perspectiva científica, o guia também abre possibilidades para novas investigações. Estudos futuros poderão avaliar seus impactos sobre a prática docente, analisar sua contribuição para o desenvolvimento profissional dos professores, investigar sua influência na aprendizagem dos estudantes

com baixa visão e verificar sua efetividade em diferentes redes de ensino. Pesquisas de natureza longitudinal poderão acompanhar a utilização do material ao longo do tempo, produzindo evidências sobre seus efeitos na consolidação das práticas inclusivas e indicando novos caminhos para seu aperfeiçoamento.

Outro aspecto relevante refere-se à possibilidade de adaptação do produto para diferentes formatos de acessibilidade. Em consonância com os princípios defendidos ao longo desta pesquisa, futuras versões poderão ser disponibilizadas em formatos digitais acessíveis, audiolivro, livro digital compatível com leitores de tela, vídeos com audiodescrição, materiais em linguagem simples e outros recursos que ampliem o acesso ao conhecimento por diferentes públicos. Tal iniciativa reforça o compromisso ético do próprio produto com os princípios da acessibilidade universal e da democratização da informação.

Por fim, considera-se que a maior potencialidade deste produto educacional reside justamente em seu caráter aberto, flexível e evolutivo. Longe de constituir um material acabado, o **Guia Prático para a Inclusão Escolar de Estudantes com Baixa Visão: Estratégias Pedagógicas, Acessibilidade e Práticas Inclusivas** deve ser compreendido como um instrumento em permanente construção, suscetível às contribuições da comunidade acadêmica, dos profissionais da educação, das famílias e dos próprios estudantes. Essa característica dialoga com a concepção contemporânea de produção do conhecimento científico, na qual pesquisa, formação e prática profissional estabelecem relações contínuas de retroalimentação.

Assim, as limitações identificadas não reduzem a relevância do produto, mas apontam caminhos para sua evolução. Ao reconhecer suas possibilidades de ampliação, reafirma-se o compromisso desta pesquisa com a produção de conhecimentos aplicados, capazes de transcender os limites da investigação realizada e contribuir, de forma contínua, para o fortalecimento da Educação Inclusiva, para a qualificação da formação docente e para a construção de sistemas educacionais cada vez mais acessíveis, equitativos e comprometidos com o direito de todos à aprendizagem.

12 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRODUTO EDUCACIONAL

O desenvolvimento do **Guia Prático para a Inclusão Escolar de Estudantes com Baixa Visão: Estratégias Pedagógicas, Acessibilidade e Práticas Inclusivas** representa a culminância do percurso investigativo desenvolvido nesta pesquisa e materializa um dos princípios fundamentais dos Programas de Mestrado Profissional: a produção de conhecimentos científicos comprometidos com a transformação da prática profissional e com a resolução de problemas concretos identificados nos contextos de atuação dos pesquisadores. Nesse sentido, o produto educacional não constitui um elemento complementar à dissertação, tampouco um material elaborado de forma paralela ao processo investigativo, mas configura-se como resultado direto da articulação entre referencial teórico, produção empírica dos dados, análise científica e intervenção educacional.

Ao longo desta investigação, buscou-se compreender como ocorre o processo de inclusão escolar de estudantes com baixa visão, analisando as percepções de professores, profissionais do Atendimento Educacional Especializado, gestores escolares, estudantes e familiares. A análise documental, os questionários semiestruturados, a observação participante e o Café Pedagógico possibilitaram identificar não apenas os avanços alcançados pelas instituições escolares na implementação da Educação Inclusiva, mas, sobretudo, as lacunas ainda existentes entre os pressupostos legais, os conhecimentos produzidos pela pesquisa acadêmica e as práticas efetivamente desenvolvidas no cotidiano das escolas.

Os resultados evidenciaram que a inclusão escolar de estudantes com baixa visão ultrapassa a disponibilização de recursos materiais ou o cumprimento das determinações legais. Trata-se de um processo complexo, que envolve a construção de uma cultura institucional fundamentada na colaboração, na acessibilidade, na formação continuada dos profissionais, na reorganização das práticas pedagógicas e na valorização da diversidade como princípio estruturante da educação. Entretanto, verificou-se que muitos professores ainda enfrentam dificuldades relacionadas à compreensão das especificidades da baixa visão, ao planejamento de adaptações curriculares, à utilização de tecnologias assistivas, ao trabalho articulado com o Atendimento Educacional Especializado e à sistematização de estratégias pedagógicas capazes de favorecer a aprendizagem desses estudantes.

Foi justamente a partir dessas evidências que emergiu a necessidade de elaboração do produto educacional apresentado nesta dissertação. O guia foi concebido para responder às demandas identificadas durante a investigação, traduzindo os conhecimentos científicos produzidos pela pesquisa em orientações pedagógicas acessíveis, fundamentadas e aplicáveis à realidade escolar. Dessa forma, cada capítulo, cada instrumento e cada estratégia apresentados no material encontram respaldo tanto na literatura especializada quanto nas necessidades concretas evidenciadas pelos participantes da pesquisa, reafirmando o compromisso da investigação com a produção de conhecimentos socialmente relevantes.

Sob essa perspectiva, o produto educacional assume dupla função. Em primeiro lugar, constitui um instrumento de apoio ao trabalho dos profissionais da educação, oferecendo subsídios para o planejamento,

a implementação e a avaliação de práticas inclusivas voltadas aos estudantes com baixa visão. Em segundo lugar, representa uma estratégia de democratização do conhecimento científico, aproximando os resultados da pesquisa acadêmica da prática cotidiana das escolas e contribuindo para reduzir a distância historicamente existente entre universidade e educação básica. Essa aproximação evidencia uma das principais potencialidades do Mestrado Profissional, cuja finalidade consiste justamente em transformar o conhecimento produzido pela pesquisa em intervenções capazes de qualificar processos educativos e promover mudanças na realidade social.

Outro aspecto relevante refere-se ao caráter colaborativo que permeou toda a construção do produto. O guia foi elaborado a partir das contribuições dos diferentes sujeitos participantes da investigação, incorporando suas experiências, percepções, desafios e sugestões. A validação realizada junto aos professores, profissionais do Atendimento Educacional Especializado e gestores escolares reforçou sua pertinência e sua aplicabilidade, permitindo o aperfeiçoamento do material e fortalecendo sua vinculação às necessidades efetivamente vivenciadas pelas instituições escolares. Assim, o produto educacional deixa de representar apenas a visão da pesquisadora e passa a refletir uma construção coletiva, sustentada pelo diálogo entre pesquisa científica e prática profissional.

Importa destacar que o guia não pretende esgotar as discussões relacionadas à escolarização de estudantes com baixa visão, tampouco oferecer soluções universais para todos os desafios presentes na Educação Inclusiva. Ao contrário, constitui um instrumento de apoio, reflexão e formação, que poderá ser continuamente aperfeiçoado à medida que novos conhecimentos científicos sejam produzidos, novas tecnologias assistivas sejam incorporadas ao contexto educacional e novas demandas emergjam das práticas escolares. Seu caráter dinâmico e aberto ao aperfeiçoamento permanente reafirma a compreensão de que a inclusão escolar constitui um processo em constante construção, exigindo permanente diálogo entre teoria, pesquisa e prática.

Além disso, espera-se que este produto educacional ultrapasse os limites da escola investigada e possa subsidiar práticas inclusivas em diferentes redes de ensino, contribuindo para programas de formação continuada, ações desenvolvidas por Secretarias de Educação, cursos de licenciatura e especialização, bem como para outras pesquisas voltadas à Educação Especial e à Educação Inclusiva. Sua possibilidade de adaptação para diferentes contextos amplia seu potencial de impacto social e reforça sua contribuição para a consolidação de políticas públicas comprometidas com a garantia do direito à educação de todos os estudantes.

Por fim, compreende-se que este produto educacional sintetiza o principal legado desta investigação: a demonstração de que a produção científica somente alcança sua plena relevância social quando se transforma em conhecimento acessível, aplicável e capaz de produzir mudanças concretas na realidade educacional. **O Guia Prático para a Inclusão Escolar de Estudantes com Baixa Visão:**

Estratégias Pedagógicas, Acessibilidade e Práticas Inclusivas representa, portanto, a materialização desse compromisso, reunindo os conhecimentos construídos ao longo da pesquisa em uma proposta de intervenção voltada à qualificação das práticas pedagógicas, ao fortalecimento da formação docente e à promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Dessa forma, encerra-se este capítulo reafirmando que o produto educacional constitui consequência direta dos resultados obtidos nesta pesquisa e expressa a convergência entre investigação científica, inovação pedagógica e compromisso social. As reflexões apresentadas ao longo deste percurso conduzem, naturalmente, às **Considerações Finais** desta dissertação, nas quais serão retomadas as principais contribuições do estudo, suas implicações para a Educação Inclusiva, suas limitações e as perspectivas para futuras investigações e intervenções voltadas à escolarização de estudantes com baixa visão.

REFERÊNCIAS

- AINSCOW, Mel. **Understanding the Development of Inclusive Schools**. London: Routledge, 2005.
- BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. **Index for Inclusion: developing learning and participation in schools**. 3. ed. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova York: ONU, 2006.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **World Report on Vision**. Geneva: World Health Organization, 2019.
- VYGOTSKI, Lev Semionovitch. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

REALIZAÇÃO:

Aurum
EDITORA

CNPJ: 589029480001-12
contato@aurumeditora.com
(41) 98792-9544
Curitiba - Paraná
www.aurumeditora.com